

UnB - Universidade de Brasília
FACE - Faculdade de Economia, Administração,
Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação
CCA - Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

**Controle Social dos Gastos Públicos, Ponto de Vista de Alguns
Adolescentes e Adultos Residentes em Brasília-DF**

Marinete Alves Brandão

Brasília-DF, 2006

MARINETE ALVES BRANDÃO

**CONTROLE SOCIAL DOS GASTOS PÚBLICOS, PONTO DE VISTA DE
ALGUNS ADOLESCENTES E ADULTOS RESIDENTES EM BRASÍLIA-
DF**

Profa. Ms. Renilda de Almeida Moura
Orientadora

**Monografia apresentada como requisito
para aprovação no Programa de Pós-
Graduação, Curso de Especialização em
Auditoria e Contabilidade Governamental
da Universidade de Brasília – UnB.**

BRASÍLIA-DF, ABRIL, 2006

UnB - Universidade de Brasília
FACE - Faculdade de Economia, Administração,
Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação
CCA - Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

**CONTROLE SOCIAL DOS GASTOS PÚBLICOS, PONTO DE VISTA DE
ALGUNS ADOLESCENTES E ADULTOS RESIDENTES EM BRASÍLIA-
DF**

Marinete Alves Brandão
Aluna

Banca Examinadora:

Profa. Ms. Renilda de Almeida Moura
Orientadora

Professor Ms. José Américo Leal de Oliveira
Membro da Banca

Brasília-DF, abril de 2006.

Este trabalho é dedicado a minha mãe, pelo incentivo e dedicação, aos meus mestres, pela sabedoria, carinho e dedicação, à Dra. Dulce Pires Flauzino, da Universidade Federal de Uberlândia pela sabedoria e solidariedade, ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios pela qualidade do controle social que desempenha, aos demais órgãos que atuam e incentivem o efetivo controle social e finalmente aos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Roseana Sarney e ao Ex-Presidente da República e Senador José Sarney por dedicarem-se às políticas públicas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela minha vida e fé e a minha mãe Geni pelo apoio incondicional e dedicação permanente.

Em segundo lugar, agradeço aos meus mestres, em especial à Orientadora, Profa. Ms. Renilda de Almeida Moura, ao Examinador, Prof. Ms. José Américo Leal de Oliveira, ao Coordenador do Curso, Prof. Ms. Elivânio Geraldo de Andrade, à Dra. Dulce Pires Flauzino, da Universidade Federal de Uberlândia pela sabedoria e solidariedade, aos servidores do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, especialmente Maria Luisa Marinho Costa, Eugênio Pacelli de Oliveira, Heverton Barbosa de Oliveira, Rodolfo Lauro Alves dos Santos e Rosemary Borelli de Oliveira.

E, finalmente, agradeço aos demais colaboradores, especialmente aos meus colegas de aula, aos amigos, em especial Dona Maria de Jesus Soares Lima, Geovânia Inez Soares Lima, Neovânio Soares Lima, Rosângela Cristina Baldan, Coroline Silva Figueira, Miguel Atta Figueira, os pertencentes aos órgãos Senado Federal, Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Rotary Clube-Distrito 4530, Rotary Clube Boa Vista-Caçari, CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Procuradoria da República no Estado de Roraima e à Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região - Ministério Público do Trabalho.

“Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”.
(JESUS CRISTO)

RESUMO

No decorrer deste trabalho são abordados controles desempenhados por órgãos públicos e pela sociedade visando ao resultado eficaz na aplicação dos recursos públicos. A participação da sociedade em ações governamentais está contemplada na legislação, por exemplo a atual Carta Magna, Administração Pública Gerencial implantada em 1995, com o advento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e na IN/SFC nº 01/2001. Pesquisa do IBGE lançada em dezembro/2004, revelou crescimento de 157% da participação popular na gestão pública por meio de organizações do terceiro setor no período 1996 a 2002. Tal fato induz a supor que esse crescimento caracteriza-se como uma das conseqüências da Administração Pública Gerencial. A evidenciação dos gastos públicos normalmente é compreensível ao grupo de usuário que domina a linguagem técnica utilizada, apesar do acesso de forma ampla, por meio de sites e do Diário Oficial. São feitas sugestões para permitir mais transparência da aplicação dos recursos públicos ao maior número de usuários. Na abordagem de alguns mecanismos de controle social de iniciativas governamental e privada listados, detecta-se a importância da atuação conjunta e efetiva da sociedade e governo no controle dos gastos públicos. Pesquisa realizada pela autora com alguns adolescentes e adultos do Distrito Federal revelou que a maioria é favorável a denunciar a forma inadequada de gastos públicos. Propõe-se que os próximos trabalhos estudem este tema sob o ponto de vista de ações da sociedade para exigir *accountability* dos gastos públicos.

Palavras-chave: Controle social, gastos públicos, evidenciação contábil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

QUADRO	ASSUNTO	PÁGINA
1	Levantamento de Dados	17
2	Prática da Contabilidade na Administração Pública	20
3	Resumo da Estrutura de Adm. Brasileira	21
4	Base Legal do Controle Social	40
5	Exemplos de Conselhos	42
6	Estágio das Organizações do 3º Setor	45
7	Organizações do 3º Setor-Período 1961-1994	46
8	Características das ONGs	48
9	Histórico do Voluntariado no Brasil	49
10	Atendimento ao Cidadão na Ouvidoria Parlamentar	52
11 e 12	Denúncias ao TCU	53
13	Amostra de Atendimentos na PROSUS	55
14	Atuação da Mídia Impressa no controle social dos gastos públicos	61/62

LISTA DE TABELA

	PÁGINA
Tabela 1 – Adolescentes e o controle social dos gastos públicos -	65
Tabela 2 - Adultos e o controle social dos gastos públicos	72

LISTA DE ESQUEMA

	PÁGINA
Esquema 1 – Rede de Controle de Aplicação dos Recursos Públicos	35

LISTA DE GRÁFICOS	PÁGINA
GRÁFICO 1.1 – Adolescente - Característica de Amostra – sexo	66
GRÁFICO 1.2 - Adolescente – Conceito de controle social dos gastos públicos	67
GRÁFICO 1.3 – Adolescente – Qual familiar faz denúncia	68
GRÁFICO 1.4 – Adolescente - Fontes de Informação	69
GRÁFICO 1.5 – Adolescente - Opiniões sobre denuncia	70
GRÁFICO 2.1.2- Adultos Características da amostra: sexo	73
GRÁFICO 2.1.3 – Adultos – Características da amostra: escolaridade	74
GRÁFICO 2.2 – Adultos – Informar se já fez denúncia	75
GRÁFICO 2.3 – Adulto – Fonte de informações o uso indevido de recursos públicos	76
GRÁFICO 2.4 – Adultos – Opiniões sobre denúncias	77
GRÁFICO 2.5 – Adultos – Opiniões sobre formas mais eficientes de corrigir irregularidade nos gastos públicos	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

BB – Banco do Brasil S/A

BACEN – Banco Central do Brasil

CB – Correio Braziliense

CD - Câmara dos Deputados

CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal

CEF – Caixa Econômica Federal

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CGU – Controladoria – Geral da União

EFS – Entidade Fiscalizadora Superior

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária

FUB – Fundação Universidade de Brasília

IN – Instrução Normativa

INESC – Instituto de Estudo Socioeconômico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JB - Jornal de Brasília

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

LOA – Lei Orçamental Anual

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

MP – Ministério Público

MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

MPU – Ministério Público da União

OP – Orçamento Participativo

OSCIP – Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público

ONG – Organização Não-governamental

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PROSUS – Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde

PPA – Plano Plurianual

SELOR – Sistema de Elaboração Orçamentária do Legislativo

SF – Senado Federal

SIGA Brasil – Sistema de Informações Orçamentárias Gerenciais Avançadas

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual

SIDOR – Sistema Integrado de Dados Orçamentários

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SISOBRA – Sistema de Gerenciamento e Controle de Obras de construção Civil

SFC – Secretaria Federal de Controle Interno

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SEMAG – Secretaria de Macro Avaliação Governamental do Tribunal de Contas da União

SUS – Sistema Único de Saúde

SESI – Serviço Social de Indústria

SESC – Serviço Social do Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

TERCEIRO SETOR - 3º Setor

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E SUA RELEVÂNCIA	14
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS	15
1.4 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	15
1.4.1 LEVANTAMENTO DE DADOS	17
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	18

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	19
2.1.1 - Vinculação das Entidades da Administração Pública à Prática da Contabilidade	20
2.1.2 - Evolução da Administração Pública	22
2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL	23
2.3 FINANÇAS PÚBLICAS	25
2.3.1 Orçamento Público	25
2.4 FORMAS E MEIOS DE EVIDENCIAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS	27
2.5 CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS	33
2.5.1 Rede de Controle de Aplicação dos Recursos Públicos Federais	35

3 CONTROLE SOCIAL DOS GASTOS PÚBLICOS

3.1 CONTROLE SOCIAL	38
3.1.1 Base Legal do Controle Social	40
3.1.2 Iniciativa Governamental de Controle Social	43
3.1.3 Organizações do 3º Setor	44
3.2 FORMAS E MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL DOS GASTOS PÚBLICOS	50

3.3 INICIATIVA GOVERNAMENTAL DE CONTROLE SOCIAL DOS GASTOS PÚBLICOS	50
3.3.1 Senado Federal	50
3.3.2 Ouvidoria Parlamentar na Câmara dos Deputados	51
3.3.3 Ouvidoria Tribunal de Contas da União	52
3.3.4 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios(MPDFT)	53
3.4 INICIATIVAS PPRIVADAS DE CONTROLE SOOCIAL DOS GASTOS PÚBLICOS	56
4 PONTO DE VISTA DE ALGUNS ADOLESCENTES E ADULTOS RESIDENTES EM BRASÍLIA/DF- RESULTADO DA PESQUISA	
4.1 PONTO DE VISTA DOS ADOLESCENTES DO COLÉGIO CRESÇA	65
4.4.1 ANÁLISE DA PESQUISA	71
4.2 PONTO DE VISTA DE ALGUNS ADDULTOS	72
4.1.2 ANÁLISE DA PESQUISA	79
5 CONCLUSÃO	80

1 INTRODUÇÃO

1.1 O Tema e Sua Relevância

Trata o presente trabalho de mostrar a importância do controle social na administração pública federal, por meio da denúncia da má utilização dos recursos públicos federais, como uma forma eficaz para ajudar no combate dos desvios de gastos públicos federais em órgãos da administração direta. Entende-se que no atual estágio sócio-econômico do país, há na administração pública uma relação direta entre o aumento da transparência das ações governamentais e o fortalecimento do controle social, bem como *accountability*, requisitos indispensáveis que viabilizarão a redução da co-participação entre corrupção pública e privada.

Miguel Schloss, Diretor-Executivo da Transparência Internacional, sugere aos países medidas de combate à corrupção, a saber:

De forma ampla, uma combinação de ações de prevenção, sanção judicial e apoio da comunidade local pode ajudar a superar os problemas. Ações corretivas estão associadas com a desregulamentação e despolitização das atividades econômicas, geração de informações para maior transparência e *accountability*, a construção de instituições legais apropriadas, ou estabelecimento de instituições paralelas, e o desenvolvimento de coalizões para promover ações coerentes entre os diferentes participantes da sociedade.

1.2 Caracterização do Problema

O tema deste trabalho é decorrente da preocupação da sociedade em buscar melhores resultados da aplicação dos recursos públicos, principalmente nos últimos anos. Ações da Mídia Impressa e Eletrônica, do Terceiro Setor(3º Setor), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios(MPDFT) e do Tribunal de Contas da União(TCU), dentre outros órgãos governamentais, às vezes denunciam a má utilização dos recursos públicos.

Essas referências permitem que muitas questões sejam levantadas. Por isso, recorre-se ao campo da administração pública federal, levantando a questão do controle social dos gastos públicos e os meios e formas de evidenciação dos gastos públicos enquanto pré-requisitos para viabilizar a participação eficaz da sociedade na ajuda do controle da gestão pública federal. Levantada a questão, resta indagar: de que maneira é possível a sociedade ajudar reduzir a má utilização dos recursos públicos na gestão pública?

1.3 OBJETIVOS:

Objetivo Geral: Mapear formas e mecanismos de controle social dos gastos públicos referentes aos recursos públicos aplicados pela administração direta no Governo Federal.

Objetivos específicos:

- 1) Listar algumas formas e mecanismos de controle social dos gastos públicos existentes em alguns órgãos da administração pública federal e os desempenhados pelo terceiro setor e pela mídia impressa e eletrônica;
- 2) Avaliar o envolvimento no controle social dos gastos públicos de alguns adolescentes e adultos residentes em Brasília- Distrito Federal.

1.4 Considerações Metodológicas

Considerando que o tema estudado no presente trabalho é pouco explorado e apresenta necessidade de esclarecimentos referentes às questões relacionadas ao problema e objetivos delimitados, optou-se fazer este trabalho utilizando como base as seguintes pesquisas:

Pesquisa exploratória que utilizou os procedimentos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, visitas a *web sites*, levantamento de dados por meio de questionário. Optou-se estudar amostragens por acesso ou conveniência usou-se abordagens qualitativa e quantitativa.

Pesquisa exploratória é indicada para estudo de tema pouco explorado e apresenta necessidade de esclarecimentos referentes à algumas questões, a exemplo do tema objeto desta monografia, que apresenta obscuridade em alguns pontos.

Gil,(1999, p.43) dá o seguinte conceito para pesquisa a exploratória:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nesta pesquisa.(GIL ,1999, p. 43).

Segundo Beuren, et al (2003, pág. 80), “para que o estudo da contabilidade seja considerado exploratório, deverá concentrar-se em algo que necessita ser esclarecido ou explorado nesse campo de conhecimento”

Os procedimentos de pesquisa documental basearam-se em estudos de documentos oficiais do Senado Federal(SF), Câmara dos Deputados(CD), Câmara Legislativa do Distrito Federal(CLDF), Ministério Público do Distrito Federal e Territórios(MPDFT), reportagens dos jornais Correio Braziliense (CB), O Globo e Jornal de Brasília(JB), e reportagem exibida no Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão, Estatuto e Relatório de Atividades do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) referentes aos anos de 2003 e 2004.

Os procedimentos de pesquisa bibliográfica basearam-se em pesquisas realizadas em livros, revistas, monografias, dissertações.

1.4.1 Levantamento de Dados

Compreende a pesquisa realizada por meio de entrevistas e aplicação de questionários a grupos de pessoas com objetivo de conhecer seu comportamento em relação ao problema objeto de estudo.

Realizou-se pesquisa de Levantamento de Dados, por meio de questionários aplicados em amostragem por acesso ou conveniência, a saber:

Quadro 1 – Levantamento de Dados

Quantidade Amostra	Características da amostragem
116	Adolescentes estudantes da 5ª à 8ª séries no Colégio Cresça – Centro de Realização Criadora, situado na 903/904 Sul, Plano Piloto.
87	Trabalhadores, dentre eles, servidores públicos ativos e inativos pertencentes ao Governo Federal e ao Governo do Distrito Federal, bem como patrões(empresários) e empregados de empresas privadas, residentes em Brasília/DF;
77	Estudantes do 3º grau no Centro Universitário UNIEURO.
110	Pertencentes ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), dos quais fazem parte Membros(Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça), servidores e estagiários.
390	Total

Optou-se pela aplicação de questionário com 5 (cinco) questões fechadas, por considerá-lo instrumento de coleta de dados mais adequado para obter-se o resultado planejado, tendo em vista que este instrumento é uma forma simples de trabalhar porque apresenta respostas verbais a questões predeterminadas feitas a todos sujeitos de cada tipo de amostragem da pesquisa e possibilitou maior facilidade para conhecer a opinião de todos da amostra.

Veja o conceito de levantamento segundo, Rigsby (1987, pág. 49, 50) *apud* (BEUREN et al 2003) :

os investigadores que realizam pesquisas de Levantamento tipicamente coletam seus dados através de respostas verbais a questões predeterminadas feitas à maioria ou a todos os sujeitos de pesquisa. O que determina a utilização de um ou outro tipo de levantamento são os resultados desejados, a viabilidade ou não se realizar a pesquisa em função dos recursos financeiros limitados, dificuldade em coletar os dados, entre outros fatores.

1.5 – Organização do Trabalho

Para melhor compreensão o trabalho foi dividido em 5 capítulos, a saber:

Capítulo 1 – Refere-se à forma de execução da pesquisa fixando tema, caracterização do problema, objetivos, considerações metodológicas e organização do trabalho.

Capítulo 2 – Trata da revisão de literatura, que inicialmente aborda a administração pública focando a organização político-administrativa do Estado e administração pública gerencial implantada em 1995. Em seguida apresenta alguns conceitos de finanças públicas, depois estuda as formas e meios de evidenciação dos gastos públicos, finalmente aborda aspectos conceituais de controle dos gastos públicos na administração federal dos Três Poderes e no Ministério Público.

Capítulo 3 – Estuda o controle social dos gastos públicos apresentando breve teoria acerca de controle social na gestão pública, listando formas e mecanismos de controle social dos gastos públicos de iniciativa governamental existentes em alguns órgãos da administração direta federal, bem como de iniciativas privadas desempenhados pelo terceiro setor e pela mídia impressa e eletrônica.

Capítulo 4 – Analisa o envolvimento no controle social dos gastos públicos de alguns adolescentes e adultos residentes em Brasília-DF;

No Capítulo 5 – Faz-se a conclusão.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Administração Pública

Compreende as instituições oficiais constantes da estrutura político-administrativa do Estado, cuja atuação se dá por meio de entidades, órgãos, agentes visando aos fins do Estado que são os interesses coletivos, o bem comum.

Para Hely Lopes Meirelles(1993) “Administração Pública é o aparelhamento do Estado, preordenando a realização de seus serviços, visando satisfação das necessidades coletivas”.

A Administração Pública deve basear-se em seus princípios, dentre eles, a saber; legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A Organização Político-Administrativa do Estado está estruturada em:

- a) a Organização Política: formada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) Organização Administrativa: compreende a estrutura e atividades desempenhadas pela máquina administrativa das entidades públicas, por meio das modalidades administração pública direta e administração pública indireta ou descentralizada, sendo:
 - Administração Indireta ou Descentralizada – São entidades com personalidade que o Estado institui mediante a descentralização de atividades visando à prestação de serviços públicos ou de interesse coletivo.
 - Descentralização Administrativa – é a transferência de atribuições do órgão central (administração direta) para órgãos locais ou para outras pessoas jurídicas. Classificam-se em descentralização orgânica,

descentralização territorial ou política e descentralização institucional ou por colaboração.

2.1.1 Vinculação das Entidades da Administração Pública à Prática da Contabilidade

Quadro 2 - Prática da Contabilidade na administração Pública

Entidades da Administração Pública e Personalidade Jurídica		Praticar Contabilidade Pública Lei 4.320/64	Praticar Contabilidade Societária Lei 6.404/76
Entidades	Personalidade Jurídica		
Entidades da administração direta ou centralizada: 1) – Em nível Federal: Presidência da República, Secretarias, Ministérios. 2) – Em nível Estadual: Gabinete dos Governadores e as Secretarias de Estado; 3) – Em nível Municipal: Gabinete dos Prefeitos e as Secretarias ou Diretorias, dependendo da organização de cada município, bem como toda estrutura administrativa a ele subordinada.	Direito Público	Obrigatório	Não utilizado
Entidades da administração indireta ou descentralizadas: -Autarquias, Fundações Públicas	Direito Público	Obrigatório	Não utilizado
Demais entidades que compõem a administração indireta ou descentralizada denominada paraestatal: -Fundações, Sociedade de Economia Mista, Empresas Públicas	Direito Privado	Obrigatório	Obrigatório
Serviços Sociais Autônomos (não pertencem à administração direta nem à administração indireta)	Direito Privado	Não utilizado	Obrigatório
As entidades que recebem recursos dos orçamentos de seguridade social, orçamento fiscal, em cada ano que receber recursos desses orçamentos	Direito Público ou Direito Privado	Obrigatório	Obrigatório

Fonte: (KOAMA,2003)

RESUMO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Quadro 3 - Características da Administração Pública Brasileira

TIPOS DE ENTIDADES	ÓRGÃOS / UNIDADES	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			PERSONALIDADE JURÍDICA	
		Direta ou Centralizada	Indireta ou Descentralizada	Nem Direta nem Indireta, é Entidade Colaborador	Pessoa Jurídica de Direito Público	Pessoa Jurídica de Direito Privado
ESTATAIS	Órgãos pertencentes à União, Estados, Distrito Federal e Municípios	SIM	-	-	SIM	-
AUTÁRQUICAS	Autarquias: exemp. BACEN, CFC.	-	SIM	-	SIM	-
FUNDACIONAIS	Fundações Públicas: ex. FUB. (Art. 41 da Lei 10.406/02-Código Civil).	-	SIM	-	SIM	-
PARAESTATAIS	a)Empresas Públicas exemplo: CEF., EMBRAPA.	-	SIM	-	-	SIM
	b)Sociedades de Economia Mista exemplo: BB.	-	SIM	-	-	SIM
	c)Fundações: exemplo: FGV.(Lei 7.596/88 e Art. 44 da Lei 10.406/02)	-	SIM	-	-	SIM
	d) Serviços Sociais Autônomos exemplo: SESI, SESC, SENAI, SEBRAE.	-	-	SIM	-	SIM
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA FEDERAL		ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL			PERSONALIDADE JURÍDICA	
Presidência da República, Secretarias e demais Órgãos integrados na sua estrutura organizacional e Ministérios.		Direta ou Centralizada			Pessoa Jurídica de Direito Público	
Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público		Direta			Pessoa Jurídica de Direito Público	

Fonte:Diversos

autores

2. 1.2 Evolução da Administração Pública

A administração pública evoluiu por meio de três modelos básicos:

a- Administração Pública Patrimonialista que tinha dentre suas características: o aparelho do estado funcionava como extensão do poder do soberano, seus auxiliares e servidores possuíam status de nobreza real. Havia muita corrupção e nepotismo em decorrência desse tipo de administração.

b-Administração Pública Burocrática - Surge no século XIX, no Estado Liberal como resposta ao combate à corrupção e ao nepotismo. Como exemplo de características tem-se os controles administrativos visando a evitar a corrupção e o nepotismo, desenvolvimento de profissionalismo (hierarquia funcional), a razão de ser do funcionário passa a ser o controle e a garantia do poder do Estado, o Estado volta-se para si mesmo, perdendo a noção de sua missão básica, que é servir a sociedade.

Principal qualidade: efetividade no controle dos abusos.

Principais defeitos: Ineficiência, incapacidade de voltar-se para o serviço aos cidadãos vistos como cliente.

c - Administração Pública Gerencial.

2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL

No decorrer do tempo a história nos mostra que o contexto político brasileiro alterou a estrutura da administração pública por meio de várias reformas, dentre elas enfatiza-se, a Carta Magna de 1988 e a Reforma da Administração Pública Gerencial:

A Carta Magna foi o arcabouço básico para que o controle social servisse como mais um paradigma no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que implantou a Administração Pública Gerencial em 1995. A reforma supracitada visa à proteção do patrimônio público contra os interesses do rent-seeking ou da corrupção aberta.

As principais características e estrutura da Administração Pública Gerencial de acordo com Pereira (1996,p.9 a 16) são:

- a) estratégia de promoção de qualidade e do controle social dos serviços públicos;
- b) redução do Estado, descentralização e;
- c) contrato de gestão.

A Estrutura da Administração Pública Gerencial no Brasil pode ser definida:

- d) Núcleo Estratégico: centro onde se definem a lei e as políticas públicas, formado pelo Parlamento, Tribunais, Presidente da República, autoridades locais importantes;
- e) Atividades Exclusivas: envolvem o poder do Estado, atividades que garantem diretamente o cumprimento de leis e políticas públicas.

Integram este setor: - as forças armadas, polícia, agência arrecadadora de impostos – as tradicionais funções do Estado, agências reguladoras, agências de financiamento, fomento e controle dos serviços sociais e da seguridade social.

- c) Serviços Não-Exclusivos: serviços que o Estado provê, mas que, como não envolvem o exercício do poder extroverso do Estado, podem ser oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não-estatal. Integram este setor os serviços de educação, de saúde, culturais e de pesquisa científica.

Como setor público não-estatal o autor considera organização civil sem fins lucrativos, com finalidade pública e pessoa jurídica de direito privado. Veja-se a afirmação: “ ‘Pública’, no sentido de que se deve dedicar ao interesse público, que deve ser de todos e para todos, que não visa lucro, ‘não estatal’ porque não é parte do aparelho do Estado”.

Segundo o mesmo autor, nessa classificação estão incluídas as organizações sociais, que constituem organizações não-governamentais autorizadas pelo Parlamento a receber dotação orçamentária.

- d) Produção de Bens e Serviços para o mercado: formado pelas empresas estatais. Silva (2002, P. 32) destaca sua opinião acerca da reforma gerencial brasileira, a saber:

Ao que parece, esse plano de reforma pressupõe que o controle social passe a agir como mecanismo compensatório, criando elementos e condições para um funcionamento eficiente do modelo gerencial;

2 – Bresser Pereira, no livro Reforma do Estado para a cidadania, a Reforma Gerencial Brasileira na perspectiva institucional, faz uma longa discussão dos mecanismos de controle que ele espera que resultem da reforma. Ele diz:

“Os controles sociais são essenciais na Administração Pública Gerencial na medida em que compensam a redução do controle legal de procedimentos e complementam o controle de resultados”;

3 – Diante da citação do então Ministro Bresser Pereira, o autor Silva(2002) afirma que “controle social não é algo tão fácil de se conseguir o processo democrático de aprendizado, o simples estabelecimento de dispositivos legais e estruturais pode resultar num amontuado de regras e mecanismos inúteis, pois não correspondem às habilidades de cidadania desenvolvidas na sociedade civil brasileira.

2.3 FINANÇAS PÚBLICAS

Finanças Públicas são as operações que o Estado desenvolve visando à obtenção, distribuição e utilização de dinheiro suficiente para atender aos seus fins, indicando as formas como os entes (União, Estado, Distrito federal e Municípios) e cidadão devem atuar no processo do Orçamento da União, prestação de contas das receitas e gastos públicos.

Segundo Cláudio Martins (1988,p.7, *apud* NASCIMENTO, 1999, p. 22) Finanças Públicas “É a economia do Estado expressa em dinheiro e que essa economia se fundamenta na amplitude da peculiaridade do fim colimado e dos meios de que o titular pode lançar mão para atingir sua meta”.

2.3.1 Orçamento Público

É o processo pelo qual, baseando-se em princípios orçamentários, se estabelece a previsão da arrecadação de todas as receitas e a fixação de todas as despesas destinadas aos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, desde que tenha sido autorizadas sua execução em cada exercício financeiro.

As receitas e despesas públicas são legais e devem ser previstas e fixadas na LOA- Lei Orçamentária Anual.

As receitas e despesas são classificadas por categoria Econômica (Lei 4.320/64): receitas correntes, receitas de capital, despesas correntes e despesas de capital.

Receitas Públicas

São ingressos financeiros aos cofres públicos por meio de tributos, taxas, contribuições especiais (receitas derivadas) bem como os ingressos (de receitas

originárias) decorrentes da geração de patrimônio do Estado, e atuação do Estado sob regime de entidades de direito privado na exploração da atividade econômica. Exemplo de receitas originárias: aquelas decorrentes da produção de rendas das empresas públicas industriais, comerciais e agrícolas mantidas pelo Estado.

Na opinião dos autores Nascimento (1999,p.106), Harada (2003,p.51), Torres (2003,p.165), a definição clássica de receita pública é de Aliomar Baleeiro, a saber: “Receita pública é a entrada que integrando-se no patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondências no passivo, vem acrescer o seu vulto, como elemento novo e positivo”.

Existem alguns ingressos que não são considerados receitas públicas, porque são entradas provisórias de caixa e devem ser devolvidas oportunamente, por exemplo: caução, fianças, depósitos recolhidos ao Tesouro.

Despesas Públicas

É a soma dos gastos, em dinheiro, vinculados aos orçamentos públicos que o Estado realiza visando aos seus fins, por meio de obras e serviços para o funcionamento da administração pública ou realização de transferências de terceiros.

Aliomar Baleeiro (*apud* Harada,2003,p.42) conceitua despesa pública, a saber:

Em primeiro lugar, designa o conjunto dos dispêndios do Estado, ou de outra pessoa de direito público, para o funcionamento dos serviços públicos”. Pode também, significar a “aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente, dentro duma autorização legislativa para execução de fim a cargo do governo.

As Transferências de Recursos Federais aos Municípios são efetivadas por Modalidades de Transferências, quais sejam:

- a)-transferências constitucionais,
- b)-transferências legais,
- c)-transferências voluntárias,
- d)-transferências destinadas ao SUS,

e)-transferências diretas ao cidadão.

Os instrumentos para Transferências são: convênio, contrato de repasse, transferência automática e transferência fundo a fundo.

2.4 FORMAS E MEIOS DE EVIDENCIAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS

Evidenciação contábil ou *disclosure* significa, de forma simplificada, mostrar aos usuários um conjunto de informações, que devem ser compreensíveis, fidedignas e relacionadas à finalidade do usuário, a fim de permitir-lhe, dentre outras alternativas, avaliá-las com pouco grau de dificuldade e utilizá-las para tomada de decisões favoráveis à realização de seus objetivos. O Conselho Federal de Contabilidade ratifica o entendimento no item 1.5 da Resolução CFC nº 774/94, que trata do Apêndice dos Princípios Fundamentais da Contabilidade, a saber:

A precisão das informações demandadas pelos usuários e o próprio desenvolvimento de aplicações práticas da contabilidade, dependerão, sempre, da observância dos seus Princípios, cuja aplicação à solução de situações concretas deverá considerar o contexto econômico, tecnológico, institucional e social em que os procedimentos serão aplicados.

Vários fatores dificultam a contabilidade pública gerar informações úteis aos usuários, dentre eles o ambiente de atuação e alterações socioeconômicas inesperadas. Por exemplo, o impacto da LRF que determina às entidades da administração pública brasileira nova estrutura de evidenciação com formas e meios.

Dispões a lei 4.320/64, art.83 e 89, que a contabilidade deve ser evidenciada.

Hendriksen & Breda (1999, p. 511) acreditam que para se fazer uma evidenciação apropriada, deve-se fazer três perguntas: A quem deve ser divulgada a

informação? Qual a finalidade da informação? Quanta informação deve ser divulgada?
E Para quem evidenciar?

Percebe-se a problemática de divulgar informações relevantes e específicas para os heterogêneos grupos de usuários (interno e externo), conseqüentemente sempre haverá informações irrelevantes para alguns grupos de usuários, por exemplo para usuários novatos, usuários que não entendem a linguagem técnica utilizada e para aqueles que dominam-na. Por outro lado tendo a entidade finalidade pública, tem o dever de dar transparência dos gastos públicos para todos cidadãos, sociedade civil organizada que desejarem tomar conhecimento ou mesmo para exercer a *accountability vertical*. Sobre essa questão a Resolução CFC nº 774/94, item 1.6, faz o seguinte esclarecimento:

Os usuários tanto podem ser interno como externo e possuem interesses diversificados, razão pela qual as informações geradas pela Entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos, suficientes para a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobre o seu futuro.

Veja exemplos de usuários das demonstrações contábeis da administração pública: a)-Governo(legislação e controle); b)-Instituições Financeiras(responsáveis pelos depósitos da entidade); c)--Auditores(Controle e Credibilidade das informações contábeis); d)-Administradores(Gestão); e)-Sindicato(Negociações trabalhistas); f)-Empregados(Benefícios diretos e indiretos); g)-Sociedade (Retorno social sob enfoque amplo); h)-Clientes(Retorno social específico para o público alvo da entidade); i)-Entidades do Terceiro Setor(Cooperação no Retorno Social); j)-Entidades do Setor Privado(Cooperação no Retorno Social); k)-Organismos Internacionais (Acompanhamento de investimentos em programas e projetos sociais); l)-Institutos de Pesquisas e Universidades(Acompanhamento de investimentos em

programas e projetos sociais); e m)-Ciência Contábil (responsabilidade Social e Ética do Profissional de Contabilidade).

Qual a finalidade?

A contabilidade pública deve aperfeiçoar a forma de evidenciar suas demonstrações, a fim de fornecer informações mais relevantes para os usuários, atualmente a evidenciação contábil no Brasil atende mais ao cumprimento da legislação, em detrimento da transparência da gestão fiscal, considerando-se que a contabilidade pública utiliza linguagem técnica e optou pela divulgação dos demonstrativos sob a forma genérica, a que subentende-se que atende ao interesse da maioria,mas na verdade parece que gera privilégio de acesso ao grupo de usuário que dominam o assunto e exclui usuários leigos em contabilidade ou finanças públicas, contabilidade pública. Exemplo: será que um servidor público com formação acadêmica em medicina entende a prestação das contas do seu Município ou de seu órgão empregador ? E o cidadão com escolaridade de 1º grau entende a prestação de contas do seu município? Ao referir-se às formas de evidenciação Iudícibus (2000, p 121) faz a seguinte afirmação:

As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira, ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

A evidenciação dos recursos públicos e sua aplicação devem ser efetivadas de tal forma que possibilite a transparência. De acordo com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a qual contempla a transparência da gestão pública, por meio de acesso do público às informações produzidas pelo setor público, qual seja:

A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os

processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

2.4.4 Formas e Meios de Evidenciação dos Gastos Públicos

No setor público tem-se como instrumentos de transparências dos gastos públicos:

- a) PPA-Plano Plurianual;
- b) LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) LOA-Lei Orçamentária Anual;
- d) Prestação de Contas do Presidente da República
- e) Prestação de Contas com Respective Pareceres prévios;
- f) Relatórios Resumido da Execução Orçamentária;
- g) Resultado Resumido da Execução Orçamentária;
- h) Relatório de Gestão Fiscal.

De acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, as formas de evidenciação dos gastos públicos são:

- a. Balanço Orçamentário(demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas);
- b) Balanço Financeiro(demonstrará a receita orçamentária, extra-orçamentária e saldo anterior, bem como despesa orçamentária, extra-orçamentária e saldo para o período seguinte, Anexo 13 desta Lei);
- c) Demonstração das Variações Patrimoniais (evidenciará as variações patrimoniais ativas e passivas);
- d) Balanço Patrimonial (demonstrará os ativos financeiro e permanente, passivos financeiro e permanente, saldo patrimonial, as contas de compensação).

Meios de evidenciação compreendem a forma de acesso às informações. Podem ser de forma ampla, ou seja, acessível a todo cidadão, e restrita destinada a um grupo específico, que para acesso necessita de um credenciamento prévio.

Formas de Acesso às Informações

1) – Forma de Acesso Amplo: Acesso a *Sites* e à Mídia Impressa e Eletrônica

– Acesso aos *Sites* refere-se à participação do cidadão nas ações governamentais por meio de acesso eletrônico. Abaixo encontra-se alguns endereços de acesso eletrônico.

- a) -Iniciativa no Senado Federal: Conforme o Presidente do Senado Federal, em novembro/2004, aquela Casa Parlamentar lançou mas ainda não foi instalado totalmente o SIGA - Sistema de Informações Orçamentárias Gerenciais Avançadas, que compreende um instrumento no processo de transparência das atividades

parlamentares, cujo objetivo é permitir acesso dos usuários interno e externo(qualquer cidadão) ao Orçamento da União abrangendo as etapas do planejamento até a fiscalização e controle a fim de que possam avaliá-lo.

b) <http://www.portaldatransparencia.gov.br/> (Trata-se de *site* com acesso que permite ao interessado realizar consulta sobre a transparência dos recursos públicos aplicados pelo Poder executivo, por exemplo: prestação de contas do Governo Federal, política de combate à corrupção etc.);

c) http://www.camara.gov.br/Internet/contas/include/resumo_geral_Funcao.asp

(Trata-se de *site* com acesso à consulta sobre Dotação e Execução do Orçamento da Câmara referente ao Resumo do Órgão - Por Função;

http://www.camara.gov.br/Internet/contas/include/cronograma_desembolso.asp

(Trata-se de *site* com acesso sobre Cronograma Anual de Desembolso Mensal - 2004 - Outras Despesas Correntes e Investimentos da Câmara dos Deputados);

d) http://www2.tcu.gov.br/portal/page?_pageid=33,5568491&_dad=portal&_schema=PO (Trata-se de *site* com acesso ao controle social no Tribunal de Contas da União, por meio do qual obtém-se informações sobre: como fazer denúncia ao TCU, diálogo público, contas públicas, responsabilização pública, relatórios institucionais do TCU e relatório de atividades);

d.1) <http://www.tcu.gov.br> (Trata-se de *site* sobre acesso aos assuntos gerais do Tribunal de Contas da União, no qual os interessados encontram inclusive a legislação que disciplina a implementação de homepage na internet pelo TCU (Homepage Contas Públicas), Lei 9.755/98 e IN-TCU nº 28/99, ou por meio do *site* http://www.contaspúblicas.gov.br/TCU_InstrNorm28-99.htm)

e) <http://www.mpdft.gov.br> (Trata-se de *site* sobre acesso aos assuntos gerais e atuação do MPDFT);

f) <http://www.senado.gov.br> (Trata-se de *site* sobre acesso aos assuntos gerais e atuação do Senado Federal)

1.2 – Mídia impressa e eletrônica compreende os veículos de comunicações: a)- jornais, b) revistas, c) diários oficiais, d) televisão, e) rádios, f) *sites* jornalísticos;

2) - Forma de Acesso Restrito: destina-se a grupo específico, a saber:

Acesso aos sistemas Sistema Integrado de Administração Financeira(SIAFI), Sistema Integrado de Dados Orçamentários(SIDOR), Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais(SIASG), dentre outros.

Sociedade busca ampliar acesso aos gastos públicos

A sociedade brasileira está buscando ampliar acesso às informações públicas visando à fiscalização da aplicação dos recursos públicos, exemplo típico é a atuação da ABONG-Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, bem como o INESC-Instituto de Estudos Sócioeconômicos que articulam junto ao Congresso Nacional e Poder Executivo o acesso de todos cidadãos ao SIAFI. Apesar de o Projeto de Lei nº 110/2003, ter sido retirado da pauta na CD em 2004, o Governo Federal estuda a criação de um fórum permanente para garantir à sociedade civil o acompanhamento dos gastos públicos previstos no Orçamento Geral da União, LDO, LOA e PPA, essa afirmação consta da reportagem do JB, caderno política, página 15, de 16 de janeiro de 2005, anexo K. Veja a seguir trechos da reportagem:

O governo federal estuda a criação de um fórum permanente para garantir à sociedade o acompanhamento dos gastos públicos previstos no Orçamento Geral da União, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual de Investimentos (PPA).

O fórum ainda não tem data para ser instalado, mas a idéia é que esteja vinculado ao Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.

O acompanhamento dos gastos pela sociedade civil é uma reivindicação da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), que desde o final do ano passado vem negociando com o governo para garantir a participação da sociedade civil no controle do que é gasto pelo Executivo.

Diante do exposto, considerando-se a variedade de usuários existentes no País, supõe-se que haja necessidade de ação conjunta do 3º Setor e Governo Federal, por meio de mais investimento na diversificação das formas de acesso

às informações e alteração das formas de evidenciação (relatórios, demonstrativos contábeis, etc).

Sugestões para obter-se informações contábeis mais úteis:

Que o Governo Federal crie mais formas de acesso às informações evidenciadas;

Que a evidenciação continue de forma genérica, mas seja feita concomitante outra evidenciação utilizando linguagem simplificada, a fim de possibilitar transparência a todos usuários que manifestarem interesse;

Que a sociedade civil tome as seguintes iniciativas:

- i. Traduzir a evidenciação dos gastos públicos para uma linguagem mais simples e divulgar em *sites* populares;
- ii. Que a sociedade civil forme monitores e multiplicadores populares para atuarem no processo orçamentário

2.5 CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS

Analisar o controle dos gastos públicos na gestão pública federal compreende analisar controle da totalidade dos recursos gerenciados nos Três Poderes e no Ministério Público. Veja estrutura da administração pública federal, segundo Bugarin (2003, p.72) e IN/SFC N° 01/2001, a saber:

- a) Administração Direta Federal: Poder Executivo(Presidência da República e demais Órgãos de sua estrutura administrativa e Ministérios); Poder Judiciário; TCU e Casas Legislativas(SF e CD); e Ministério Público.
- b) Entidades da Administração Indireta Federal,segundo a IN/SFC01/2001:
 1. São entidades dotadas de personalidade jurídica própria, nas seguintes categorias:a)-autarquias; b)-fundações públicas; c)-empresas públicas; d)sociedades de economia mista; e)-serviços sociais autônomos (entidades

paraestatais); f)fundos constitucionais, especiais, setoriais e de investimentos; g)-empresas subsidiárias integrais, controladas, coligadas ou quaisquer outras de cujo capital o poder público tenha o controle direto ou indireto; h)-empresas supranacionais de cujo capital social a União participe de forma direta ou indireta, nos termos de seus tratados constitutivos, inclusive em virtude de incorporação ao patrimônio público; i)-projetos que administrem recursos externos e de cooperação técnica junto a organismos internacionais; j)-agências autônomas, executivas e reguladoras; k)-organizações sociais regidas por contrato de gestão; l)-outras definidas em lei.

2. Quaisquer recursos repassados pela União mediante qualquer forma de transferência (contrato, convênio, transferência fundo a fundo, transferência automática, etc.), programas de recursos externos, projetos de cooperação junto a organismos internacionais;
3. Empresas privadas que firmaram contrato de gestão com a administração pública federal;
4. Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.

2.5.1 Rede de Controle de Aplicação dos Recursos Públicos Federais

Esquema 1 – Rede de Controle de Aplicação dos Recursos Públicos



Fonte: Pires Júnior(2001, apud BUGARIN, 2003, p. 74-75)

No topo do triângulo está o Congresso Nacional, com suas comissões especializadas na matéria de fiscalização e controle dos recursos públicos e com comissões parlamentares de inquérito. A casa legislativa seria o controle externo da administração por excelência por se tratar de representantes da sociedade.

O TCU presta auxílio ao Congresso, o que juridicamente não implica dizer que Entidade Fiscalizadora Superior(EFS) é um órgão auxiliar do Parlamento, já que possui diversas competências privativas que o Congresso não possui, além de a relação entre ambos não ser caracterizada pela subordinação.

O Controle Interno, entre os quais está localizada a Secretaria de Controle Interno, órgão do controle interno do Poder Executivo e Vinculada à Controladoria-Geral da União, Controles internos administrativos *lato sensu*: envolve a supervisão ministerial que cada ministério deve exercer sobre suas entidades da administração indireta.

O Ministério Público está tutelando todo o triângulo com funções relacionadas à proteção do patrimônio público, consta da atual Carta Magna, artigos 127 a 130.

O Controle Social deve nortear todas as ações do controle dos gastos públicos, um controle social efetivo é também fundamental para que seja possível alimentar as instituições de controle com informações tempestivas e úteis para direcionar os trabalhos da fiscalização.

Consta na atual Carta Magna e dos artigos. 70 a 75, que o controle dos recursos públicos é realizado em três níveis: Controle Externo, Controle Interno e Controle Social.

1) Controle Interno e a atuação da CGU

Conforme Decreto nº 4.304/2002, a CGU é órgão central incumbido da orientação normativa e da supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, a SFC deve desempenhar as funções operacionais de competência do Órgão Central do Sistema, conforme definido no regimento interno. A criação e avaliação de mecanismos para o exercício do controle social, incluída nas atividades complementares do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo é de competência da CGU.

A IN/SFC Nº 01/2001, disciplina a atuação do Sistema de Controle Interno no âmbito do Poder Executivo e estabelece suas atividades, dentre elas, as atividades complementares, veja alguns exemplos:

I) A criação de mecanismos para o exercício do controle social, sobre programas do governo, cujos recursos são oriundos dos orçamentos da União, por intermédio da disponibilização de evidenciação dos gastos públicos, visando ao cidadão avaliar a execução dos respectivos programas e avaliação da gestão;

II) O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal deve avaliar os mecanismos de controle social previstos nos respectivos programas de governo, deve disponibilizar, por meio eletrônico as informações sobre a execução financeira das ações governamentais constantes nos orçamentos da União.

O governo brasileiro no desempenho de atividades relacionadas ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, tem demonstrado esforço para acompanhar e controlar a gestão pública de forma a apresentar alguns pontos positivos, dentre eles:

- 1) Atividades Complementares: Exemplos de mecanismos de controle social:
 - a) criação do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção;
 - b) elaboração e distribuição de Cartilha sobre fiscalização popular dos recursos públicos;
 - c) aumentou o acesso eletrônico da população às políticas do governo, por exemplo criou o site: <http://www.portaldatransparencia.gov.br>; cujo objetivo é disponibilizar à população informações detalhadas sobre a execução orçamentária, dentre outros;
- 2) Atividades Essenciais:
 - a. - realização de fiscalização em maior quantidade, a CGU fiscalizou centenas de cidades brasileiras no período 2003 a 2004.

Veja a seguir trechos da reportagem veiculada no JB, caderno Brasil, p.25, de dezembro/2004, anexo H, referente à avaliação do Senhor Ministro da Controladoria – Geral da União especificamente sobre fiscalização e transparência dos recursos públicos:

Em pouco mais de um ano e meio, quase 700 municípios foram sorteados pela Controladoria-Geral da União (CGU) para serem fiscalizados quanto à aplicação de recursos públicos. À frente da CGU, o ministro do Controle e da Transparência, avalia que essa iniciativa tem provocado mudanças na relação da população com o dinheiro público.

“Isso tem produzido um resultado bastante importante do ponto de vista da cultura de que o dinheiro público é público, tem que ser aberto, não pode ter sigilo”, avaliou o Sr. Ministro, em entrevista à TV Nacional.

Segundo o Ministro, o País tem uma tradição de descentralização na aplicação de recursos e, por isso, a fiscalização tem que ser contínua, “São R\$ 70 bilhões que são transferidos para municípios e estados. É necessário que se saiba até o fim o que efetivamente resultou em benefício para a população”.

“Esse é o objetivo do Portal da Transparência, lançado no final de novembro, pela CGU. Nessa página na internet, o governo disponibiliza à população informações detalhadas sobre a execução orçamentária. “É uma política dos cidadãos que devem saber onde está sendo aplicado o seu dinheiro”, defendeu Waldir Pires. O ministro explicou que a fiscalização de estados e municípios, a partir dos sorteios, avalia não apenas documentos, mas também realizações.

3 CONTROLE SOCIAL DOS GASTOS PÚBLICOS

3.1 CONTROLE SOCIAL

Compreende a participação da sociedade por meio de formas e mecanismos de controle social dos gastos públicos específicos, na ação governamental que trata da utilização dos recursos públicos visando à transparência das informações respectivas, a fim de exigir *accountability*.

Accountability é o dever do administrador em prestar contas da aplicação de recursos sob sua gerência. Essa prestação de contas pode ser de várias formas, por exemplo: a) transparência e entendimento entre as partes, e como a

responsabilidade está sendo cumprida; b) se a responsabilidade é desempenhada pelos que gerenciam os recursos públicos.

Para o consultor internacional da gestão financeira e auditoria, Malaxeverria (1995, apud RIBEIRO, 2004, p. 126), *accountability* é o dever moral e legal do governo informar ao governado como são utilizados os recursos que lhe foram entregues a fim de serem empregados em benefício da própria sociedade e não do governante.

Deduz-se que a sociedade tem o direito de participar do controle social dos gastos públicos, podendo optar para ajudar a fiscalizar a ação governamental sobre a utilização de recursos públicos, a fim de saber se esses recursos foram aplicados em benefício público (interesse da sociedade) ou em benefício privado (corrupção, desvio de finalidade pública) visando à prestação de contas e devolução aos cofres públicos dos recursos desviados de seus fins, bem como à punição dos corruptos.

Cabe enfatizar que o controle social dos gastos públicos é uma modalidade de controle social. Aborda-se a seguir, uma parte teórica do assunto, a fim de possibilitar ao leitor, maior integração com a complexidade do tema objeto do presente trabalho.

Segundo Silva(2002,p.59)“controle social pressupõe uma sociedade organizada e consciente de seus direitos. Uma sociedade que conhece os caminhos da burocracia e tem condições efetivas de fiscalizar e cobrar resultados”.

Veja o que diz Di Pietro (1988,apud Silva 2002) sobre o controle social:

para que o controle social funcione é preciso conscientizar a sociedade de que ela tem o direito de participar desse controle: “é preciso criar instrumentos de participação amplamente divulgadas e postos ao alcance do povo, ele não pode substituir os controles hoje existentes”.

O controle social para ser efetivo requer alguns requisitos, dentre eles, o exercício da cidadania por parte do cidadão, por intermédio da participação nas ações

governamentais, porém há alguns fatores que impedem parte da sociedade brasileira de exercer a cidadania plena, por exemplo:

- 1) baixo envolvimento político de alguns segmentos sociais;
- 2) impossibilidade de acesso de parte da população aos meios de comunicação e equipamentos eletrônicos eficazes para o exercício do controle social, por exemplo, a escassez de computadores e de pessoas capacitadas a utilizá-los;
- 3) Pouca divulgação de política governamental visando à educação da sociedade para envolvimento no controle social da gestão pública;
- 4) baixo nível de escolaridade de muitos brasileiros.

3.1.1 Base Legal do Controle Social

A participação do cidadão brasileiro em inúmeros setores da gestão pública consta na legislação mesmo antes da Administração Pública Gerencial, a saber:

Quadro 4 Base Legal do Controle Social

SETORES/ASSUNTO	L E G I S L A Ç Ã O		
	Carta Magna-1988	Leis ou Medida Provisória	Decretos e Instrução Normativa
Transparência da Gestão Fiscal	-	Lei 101/2000	-
Denúncias ao TCU	Art. 74, § 2º	Lei 8.443/92	-
Iniciativas de leis	Art. 61-Caput	-	-
Educação	Art. 205	Lei 9.394/96	-
Saúde	Art. 198, III	Lei 8.080/90 Lei 8.142/90	-
Seguridade Social	Art. 194, Parág. Único	-	-
Trabalhadores rurais	Art. 187	-	-
Proteção ao Patrimônio Cultural	Art. 216, § 1º	-	-
Atuação do 3º Setor na Gestão Pública: Título Utilidade Pública Qualificação OSCIP	- -	a) Lei 91/1935 b) Lei 9.790/99	a) 50.517/61 b) 60.931/67 c) 3.100/99

Criar e avaliar mecanismos de controle social	-	-	IN/SFC 01/2001
Ministério Público	Art. 127 a 130	LC nº 75/93	-

Fonte: Legislação supracitada

Formas de Controle Social da Gestão Pública

- a)-ajudar a fiscalizar;
- b) debater, discutir, ajudar a planejar políticas públicas;
- c) denunciar ações públicas por meio de canais competentes;
- d) contribuir para o progresso do ser humano; e
- f) outras não especificadas.

Mecanismos de Controle Social da Gestão Pública

São os meios que a sociedade utiliza para exercer o controle social. Classificam-se em Iniciativas Governamentais de Controle Social e Iniciativas Privadas de Controle Social.

Conceito e Funcionamento

a) Audiência Pública

Encontro de autoridades do poder público com cidadãos comuns e representantes da sociedade civil organizada para debaterem, discutirem soluções de problemas relacionadas à tomada de decisão no planejamento e/ou execução de políticas públicas.

b) Ouvidoria

Ouvidoria que é um canal de atuação do cidadão/Sociedade civil junto à administração pública visando à defesa de seus legítimos interesses e direitos, por meio de denúncias, reclamações, solicitações, audiências públicas, sugestões, elogios etc. O solicitante denunciante receberá uma resposta acerca de sua participação, do setor competente de cada órgão.

c) Conselhos

É um mecanismo de controle social de iniciativa governamental que permite a participação de representantes dos grupos sociais da sociedade e acompanhamento de execução das políticas públicas. A saber:

Quadro 5 Exemplos e Conselhos

Conselho / Competência	Representante
<p>Conselho da Transparência Pública e Combate a Corrupção</p> <p>Exemplos de competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para a formulação das diretrizes da política de transparência da gestão de recursos públicos e de combate à corrupção e à impunidade, a ser implementada pela Controladoria-Geral da União e pelos demais órgãos e entidades da administração pública federal - Sugerir projetos e ações prioritárias da política de transparência dos recursos públicos e de combate à corrupção e à impunidade. - Atuar como instância de articulação e mobilização da sociedade civil organizada para o combate à corrupção e a impunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Autoridades do Poder Executivo Federal (ministro de Estado do Controle e da Transparência), e representantes de outros ministérios) - Autoridades públicas convidadas (representantes do MPU e TCU) - Representantes convidados da sociedade civil (representantes de instituições ligadas a diversas áreas, por exemplo religião, advocacia, ONG, transporte, trabalhadores, agricultura, etc.)
Conselho / Competências	Representantes
<p>Conselho Municipal de Saúde</p> <p>Exemplos de competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Controlar o dinheiro da saúde; - Acompanhar as verbas que chegam pelo SUS – Sistema Único de Saúde; - Participa da elaboração das metas para a saúde; - Controla a execução das ações na saúde; - deve se reunir apenas uma vez por mês; <p>Informações Disque – Saúde Ligação gratuita 0800 61 1997</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Representantes das pessoas que usam o SUS - Profissionais da área de saúde; - Representantes de prestadores de serviços de saúde (hospitais particulares) - Representantes da prefeitura.
<p>Conselho de Alimentação Escolar</p> <p>Exemplos de competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Controla o dinheiro para a merenda. Parte da verba vem do governo federal. A outra vem da prefeitura; - Verifica-se o que a prefeitura comprou está chegando nas escolas; - Analisa a qualidade da merenda comprada; - Olha se os alimentos estão bem guardados <p>Informações: 0800 616161 Ligação gratuita</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 1 representante da prefeitura; - 1 representante da Câmara Municipal; - 2 representantes dos professores; - 2 representantes dos pais de alunos; - 1 representante de um sindicato ou associação rural (cada órgão ou entidade indica seu representante).

--	--

Fonte: Cartilha da Controladoria-Geral da União – Olho vivo no dinheiro público, dezembro/2004.

d) OP - Orçamento Participativo

Orçamento Participativo- compreende o envolvimento e participação direta do cidadão no planejamento e execução do orçamento público. Essa experiência bem sucedida dificulta a má utilização dos recursos públicos.

A experiência do OP é prática em muitos municípios brasileiros. No Distrito Federal a iniciativa atualmente é denominada de orçamento popular. Utilizam a prática do OP, Porto Alegre (RS), Blumenau (SC), Aracaju (SE), Belo Horizonte (MG), dentre outros municípios.

Cabe enfatizar que o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento avaliou positivamente a experiência de OP, que foi considerada uma das quarenta melhores práticas sociais do mundo.

3.1.2 Iniciativa Governamental de Mecanismos de Controle Social

São mecanismos de controle social cuja iniciativa é governamental. Exemplos:

a)-conselhos; b)-ouvidorias; c)-orçamento participativo; d)- sites(<http://www.tcu.gov.br>, <http://www.mpdft.gov.br>, <http://www.camara.gov.br>, dentre outros); e) atuação do Ministério Público; f)- Poder Judiciário, g)-Tribunais de Contas, i)-Fóruns; j)-Audiência Pública.

Iniciativas Privadas de Mecanismos de Controle Social - São mecanismos de controle social, cuja iniciativa é do cidadão ou sociedade organizada:

- a) movimentos sociais que compreendem as organizações do Terceiro Setor, conselhos comunitários formados por associações de bairro;
- b) atuação da mídia impressa e eletrônica (rádio, televisão, jornais, escritos, *sites*, jornalísticos).

A instituição do controle social na gestão pública já existe, tanto por iniciativa governamental como privada, porém a sociedade brasileira tem a necessidade e o dever de se conscientizar do seu papel como agente de controle. Não basta que o governo federal cumpra seu papel de garantir os recursos e repassá-los aos órgãos. É necessário também saber onde esse dinheiro está sendo aplicado.

Para Jacob (2000, p. 31, apud RIBEIRO, 2004, p. 124-125) as iniciativas privadas de controle social são mais eficazes para a formação da consciência da participação popular nas ações públicas, na medida em que reforçam na comunidade o sentimento de participação mais efetiva na fiscalização de atos governamentais e ficam menos sujeitos à manipulação rompendo com práticas populistas e clientelistas.

3.1.3 Organizações do 3º Setor

Compreendem as organizações civis sem fins lucrativos, pessoas jurídicas de direito privado, com autonomia administrativa e finalidade pública, que buscam o bem comum e desenvolvem atividades de responsabilidade do Estado, por meio de ações de solidariedade humana, com objetivo de ajudar o Estado a desempenhar seu papel com mais eficiência, tendo em vista que não executou políticas públicas eficazes em determinada área de atividade. Não há legislação sobre classificação e composição do 3º Setor, veja as opiniões de estudiosos do tema, a saber:

Junto com o Estado (Primeiro Setor) e com o Mercado (Segundo Setor), identifica-se a existência de um Terceiro Setor, mobilizador de grande volume de recursos humanos e materiais para impulsionar iniciativas voltadas para o desenvolvimento social, setor no qual se inserem as

sociedades civis sem fins lucrativos, as associações civis e as fundações de direito privado, todas de interesse social.(PAES, 2003,p.88);

Há grande confusão quanto ao papel desempenhado pelas organizações do terceiro setor na formulação, execução, fiscalização e no controle das políticas públicas de desenvolvimento social, quer sejam de iniciativa governamental ou de organizações da sociedade civil, quer realizadas autonomamente, quer em parceria com governos e empresas. A confusão é resultado da dificuldade em caracterizar e qualificar os inúmeros subconjuntos conformadores do terceiro setor, o que está associado a outra questão mais complexa - a discussão do fim público das organizações do terceiro setor e do próprio Estado.(MENDES ,1999, p. 62).

Consta do Código Civil, Lei 10.406/2002, combinado com a Lei 10.825/2003, que são pessoas jurídicas de direito privado, as associações, as sociedades, as fundações, os partidos políticos, as organizações religiosas. Os partidos políticos não estão incluídos no rol das organizações do 3º Setor.

1) Pesquisa sobre organizações do 3º Setor

Pesquisa realizada pelo IBGE e outras instituições sobre o 3º Setor, a qual foi lançada em dezembro/2004, divulgada, dentre outras fontes de informações, no JB, caderno Brasil, p. 22, de 11/12/ 2004, e Jornal CB, caderno Brasil, p. 16, de 11/12/2004, anexo F, a saber:

Quando 6 Estágio das Organizações do 3º Setor

Organizações do Terceiro Setor e crescimento no período 1996 a 2002				
Trabalho assalariado nas Organizações do Terceiro Setor: 77% não tem empregado				
Região	Quant.	%	Setor de atuação	Quantidade e Crescimento
Norte	11.715	4.2%	Habitação	322 (124%)
Centro-Oeste	18.148	6.6%	Associações Profissionais	44.581 (252%)
Nord este	61.295	22.2%	Cultura e recreação	37.539 (116%)

Sul	63.562	23%	Outras Fundações	22.175 (155%)
Sudeste	121.175	43.9%	Assistência Social	32.249 (131%)
TOTAL	275.895	100%	Religião	70.446 (120%)
- 26% dessas organizações dedicam-se às atividades chamadas confessionais, ordens religiosas, templos, paróquias e centros espíritas - 2/3 (dois terços) das organizações ligadas à saúde e à educação estão concentradas na região sudeste.			Meio Ambiente e Prot. Animal	1.591 (309%)
			Desenvto. E Defesa de Direitos	45.161 (303%)
			Saúde(inclui hospitais privados beneficentes)	3.798 (56%)
			Educação e Pesquisa (inclui universidades privadas beneficentes)	17.493 (114%)
			TOTAL (valor aproximado)	275.895 (157%)
Fonte: IBGE –Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada em parceria com ABONG-Associação Brasileira de Associações Não Governamentais e GIFE-Grupo de Institutos, Fundações e Empresas				

Estudiosos do tema afirmam que as organizações do 3º setor representaram uma das opções que ajudou a combater a ditadura no regime militar, a saber:

- a- Para Luiza Mônica Assis, apud Paes (2003, P.94-95), a evolução do 3º Setor no Brasil foi um reflexo da evolução da sociedade brasileira que durante o regime militar (1964-1985) teve que se mobilizar para combater o autoritarismo.
- b- Para Mendes (1999, p.26), as ONGs surgem no Brasil durante o regime militar e confundiam-se com oposição política, sobretudo a partir dos anos 70, apresenta crescimento em progressão geométrica nas décadas de 80 e 90, mostra dados referentes à fundação de organizações do 3º setor, fornecidos por Landim(1993), a saber:

Quadro 7 Organizações do 3º Setor – Período 1961 a 1994

Data de Fundação	De Fato (%)	Legal (%)
1961 – 1969	7.1	4.9
1970 – 1979	20.0	16.8
1980 –1984	18.6	18.9
1985 – 1989	38.6	44.1
1990 – 1994(fev.)	15.7	15.4
Total	100.0	100.0

Fonte: Landim (1993, p. 11) apud MENDES 1999,p.26)

2 Análise da Pesquisa

Da análise da pesquisa, chegou-se às seguintes suposições:

- a. Referente ao crescimento de 157% da quantidade de organizações do 3º Setor no período de 1996 a 2002, parece que caracteriza-se como uma das conseqüências da Administração Pública Gerencial implantada no Brasil em 1995, que contempla controle social (a organização do 3º Setor é um dos mecanismos de controle social) como uma estratégia para ajudar a aumentar a qualidade na prestação dos serviços públicos. Por outro lado, é possível que esse índice não represente aumento relevante na qualidade da cidadania dos brasileiros, por meio da conscientização coletiva da sociedade civil com potência para o confronto, tendo em vista que 77% das organizações supra não têm empregados;
- b. O fato de 2/3(dois terços) das organizações ligadas à saúde e à educação estarem localizadas na região sudeste, há probabilidade de ser considerado que a educação é como um dos fatores relevantes para justificar a maior concentração de organizações do terceiro setor naquela região (121.175 organizações, equivalente a 43,9% do total), haja vista a influência da educação para que o cidadão se conscientize de seus deveres e direitos, requisitos úteis para fortalecer os movimentos sociais;
- c. As informações da pesquisa indicam um certo avanço no amadurecimento político da sociedade brasileira. Parece que algumas camadas sociais estão aderindo ao controle social na gestão pública.

3 Opiniões acerca das características das ONGs

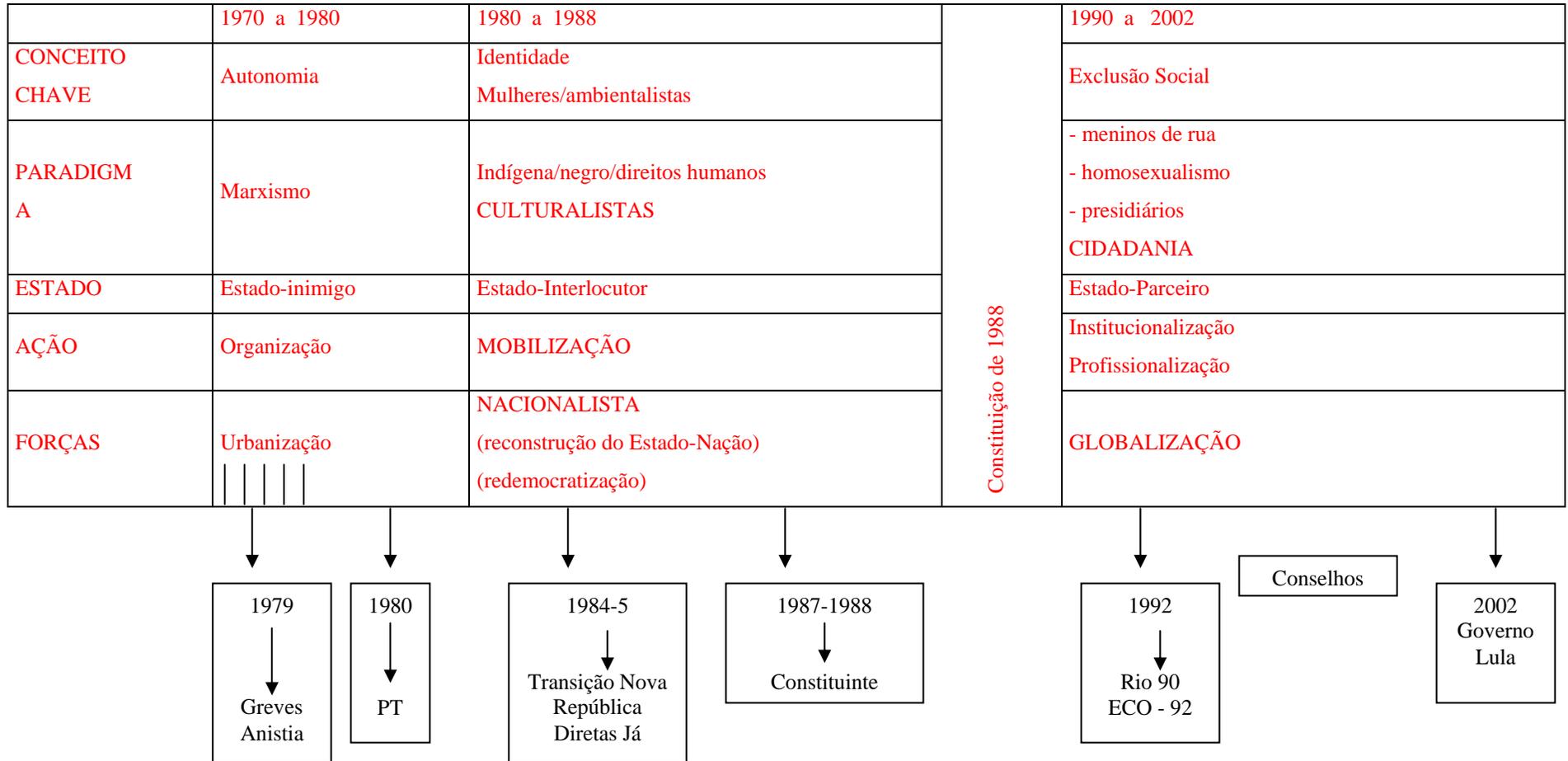
- a) Para a Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social/MPDFT as ONGs são entidades sem fins lucrativos, como associações, sociedades civis, fundações de direito privado com autonomia e administração própria, cujo objetivo é atendimento de alguma necessidade social específica ou de atuação política em

prol do interesse social. Atuam em vários campos de atividades, seja na área de direitos humanos, assistência à saúde, apoio a populações carentes, cidadania, educação, dentre outros. Cabe salientar que não foi possível identificar a sigla da Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, normalmente chamam-na de Promotoria de Fundações.

Segundo o Professor Pool Little, as ONGs foram importantes para ajudar conquistar a democracia no Brasil, que ocorreu por meio de processo gradativo. Veja no quadro 8, características das ONGs:

CARACTERÍSTICAS DAS ONG – ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (Prof. PhD em Antropologia, UNB-Brasil, Pool Little, 2003)

Quadro 8 - Características das ONGs



Nos anos 70 as ONGs ajudaram no confronto com o regime militar(Estado-inimigo) buscando autonomia organizaram-se na área urbana.

Dos anos 80 a 1988, as ONGs concentraram na busca de autonomia para mulheres e ambientalistas, defendendo o respeito aos direitos humanos e por meio de mobilizações ajudou na conquista da redemocratização brasileira.

No período 1988 a 2002, as ONGs buscavam combater a exclusão social de meninos de rua, homossexuais, presidiários, dentre outros segmentos sociais, fizeram parceria com o Governo para ajudar reconstruir a cidadania desses grupos.

4 3º Setor sob controle:

Controle pelo MPDF – Consta do Roteiro de Prestação de Contas da Promotoria de Fundações/ MPDFT, que as organizações do Terceiro Setor, no âmbito do Distrito Federal são fiscalizadas pelo MPDFT, por meio das Promotorias de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, as quais fazem análises jurídica e contábil das prestações de contas anuais, realizam visitas *in loco*, verificam a efetividade da organização e o respeito às finalidades constantes do estatuto, dentre outros. Pesquisa realizada em 06/07/04 no SCEF -Sistema de Controle de Entidades e Fundações do MPDFT revelou o cadastro de 361 organizações.

Controle pelo Ministério da Justiça - O Ministério da Justiça faz acompanhamento das organizações do Terceiro Setor, mediante a concessão de Título de Utilidade Pública e qualificação como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público(OSCIP).

5 A prática do voluntariado no Brasil, a saber:

Quadro 9 Histórico do Voluntariado no Brasil

Ano de criação da organização	Organizações
1843	Santa Casa (Santos – SP), feminina e religiosa
1908	Cruz Vermelha – Internacional
1910	Escotismo Internacional distribuía cestas básicas
1935	Lei n°. 91 de 28/08/1935 de Declaração de Utilidade Pública – Presidente Getúlio Vargas
1961	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
1967	Projeto Rondon
1983	Pastoral da Criança
1990	Diminuição da presença do Estado – maior apoio das empresas
1993	Ação de cidadania contra a fome
1993	Comunidade Solidária (Rute Cardoso), tentativa de substituir a LBA
1998	Lei do Voluntariado – Lei 9.608
2001	Ano do Voluntariado

Fonte: Anotações/Apontamentos da Profa. PhD Elen Gerales(2004)

Não é intenção esgotar o assunto integral sobre o 3º setor, mas apenas abordar os aspectos relevantes para o estudo em questão.

3.2 Formas e Mecanismos de Controle Social dos Gastos Públicos

Formas e os mecanismos de controle social dos gastos públicos podem ser as mesmas do controle social da gestão pública, cabendo ao(s) participante(s) optar(em) pela forma e mecanismo que considerarem mais eficazes.

3.3 Iniciativa Governamental de Controle Social dos Gastos Públicos

Abaixo encontra-se a lista de Formas e Mecanismos de Controle Social dos Gastos utilizados em alguns órgãos públicos na administração direta federal, quais sejam:

3.3.1 - Sobre o Senado Federal:

SIGA -Sistema de Informações Orçamentárias Gerenciais Avançadas , O SIGA BRASIL

É projeto que foi lançado pelo Senado Federal em novembro/2004, mas não está totalmente implantado, é um novo instrumento no processo de transparência e mecanismo de controle social das atividades do Congresso Nacional(CN), tem objetivo de permitir ao usuário interno e externo analisar o Orçamento da União, abrangendo as etapas do planejamento à fiscalização e controle, veja anexo I.

a) Base de dados:

a.1)-Fontes Internas: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias(LDO), Lei Orçamentária Anual(LOA), Créditos Adicionais.

a.2)- Fontes Externas:

1) Sistema Integrado de Administração Financeira(SIAFI); 2)Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais(SIASG); 3)Sistema Integrado de Dados Orçamentários(SIDOR); 4)Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual(SIGPLAN); 5)Sistema de Elaboração Orçamentária do Legislativo(SELOR); 6) Sistema de Gerenciamento e Controle de Obras da Construção Civil(SISOBRA).

b) Consultas:

b.1)-Consulta universo - para obter informações de várias objetos,

b.2)-Consulta objeto - para obter informações referente a um determinado assunto.

1.1) Classificação de possíveis forma e mecanismo de controle social dos gastos públicos utilizados no SF:

- Possível Forma de controle social dos gastos públicos: ajudar a fiscalizar o Orçamento da União;

-Possível Mecanismo de controle social dos gastos públicos: O SIGA BRASIL, *SITE*.

Considerando-se que o SIGA BRASIL ainda não foi totalmente implantado, utiliza-se as expressões “possível forma de controle social dos gastos públicos” e “possível mecanismo de controle social dos gastos públicos”.

3.3.2 OUVIDORIA PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Compete à Ouvidoria Parlamentar, dentre outras atribuições, receber, examinar as reclamações ou representações e encaminhar aos órgãos competentes, responder ao cidadão e às entidades quanto às providências, realizar audiências públicas com segmentos da sociedade civil. Atende por meio de FAX- 215-8505, Ligação

0800619619, e-mail: ouvidoria@camara.gov.br, e pelo Correio no endereço: Ouvidoria Parlamentar, sala T-40, Anexo II, Brasília-DF CEP 70.160-900. Atendimentos, a saber:

Quadro 10 Atendimentos o cidadão na Câmara dos Deputados

Ocorrências	Demandas rotineiras da ouvidoria parlamentar		Programa Carta-Resposta (recebimento somente pelo correio)
	Ano 2003	Ano 2004 até outubro	Informado apenas 2004
Solicitação/sugestão	1001	1417	–
Desabafo	142	377	239
Denúncia	123	119	65
Reclamação	114	78	246
Visitante na página	2.386	3.920	–
Solicitação	–	–	1.162
Sugestão	–	–	190

Fonte: Cadastros de ocorrências da ouvidoria parlamentar fornecido em outubro/2004.

2.1) Classificação da forma e mecanismo de controle social dos gastos públicos utilizados na CD:

-Forma de controle social dos gastos públicos: Receber denúncias de ações públicas, consultas de dados financeiros, dentre outras.

-Mecanismo de controle social dos gastos públicos: Ouvidoria , *SITE*.

3.3.3 Ouvidoria do Tribunal de Contas da União

Os cidadãos podem denunciar perante o TCU, irregularidades ou ilegalidades que envolvam a utilização de recursos públicos federais, por meio da ouvidoria ou denúncia formal, nos endereços: a)- via Correio – SAFS, Q 04, LT 1, Ed. Sede do TCU, sala 364, Brasília-DF CEP 70042-900; b)-por intermédio do *site* <http://www.tcu.gov.br/> preencher um formulário eletrônico, e c)- pelo telefone 08006441500. A Lei Orgânica do TCU nº 8.443/92, art. 53 a 55, disciplina o assunto. Veja denúncias apresentadas:

Quadro 11 Quantidade de denúncias apresentadas ao TCU – 1983-1999

Ano	Quantidade	Variação(%)	Ano	Quantidade	Variação (%)
1983	26	0	1992	186	26
1984	21	-19	1993	198	6
1985	26	24	1994	198	0
1986	67	158	1995	222	12
1987	50	-25	1996	204	-8
1988	45	-10	1997	194	-5
1989	39	-13	1998	158	-19
1990	122	213	1999	237	50
1991	148	21			

FONTE: Coordenadoria de Tecnologia da Informação – TCU apud Ferreira(2000apud Bugarin,2003,p- 107)

quadro 12 Denúncias apresentadas ao TCU –apuradas x Proced. x improc. 96 -99

Ano	Apresentadas	Apuradas (1)	Procedentes		Improcedentes (2)	
			Quantidade	%	Quantidade	%
1995	222	170	128	75	42	25
1996	204	161	135	94	26	16
1997	194	179	144	80	35	20
1998	158	141	96	68	45	32
1999	237	116	86	74	30	26

FONTE: Ferreira (2000) Baseado nos relatórios de atividades do TCU de 1995 a 1999.

NOTAS: (1) A diferença entre apresentadas e apuradas é devida basicamente ao não atendimento dos requisitos de admissibilidade. Por outro lado, parte das denúncias apresentadas no final de um exercício podem ter sua apuração prosseguida ou iniciada no exercício seguinte.(2) Denúncias improcedentes são as que não confirmaram a ocorrência de irregularidades.

3.1) Classificação da forma e mecanismo de controle social dos gastos públicos utilizados no TCU

-Forma de controle social dos gastos públicos: Receber denúncias.

-Mecanismo de controle social dos gastos públicos: Ouvidoria ,SITE.

3.3.4 MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (MPDFT)

Consta da Carta Magna que o Ministério Público abrange: I – Ministério Público da União, que compreende: a)-Ministério Público Federal; b)-Ministério Público do Trabalho; c)-Ministério Público Militar; d)-Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. II – Ministério Público dos Estados.

Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

MPDFT, conforme Lei Complementar nº 75/93, exercerá as suas funções nas causas de competência do Tribunal de Justiça e dos Juízes do Distrito Federal.

Neste trabalho relata-se atendimentos aos cidadãos no MPDFT, por meio da Ouvidoria do MPDFT e Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (PROSUS), a saber:

a) -OUVIDORIA DO MPDFT

Cabe á ouvidoria do MPDFT, dentre outras atribuições, receber reclamações, sugestões elogios, prestar esclarecimentos e garantir o retorno dos serviços solicitados e das providências adotadas. Essa ouvidoria foi criada em novembro/2004, no mês seguinte cadastrou 97 reclamações, das quais respondeu 96 no mesmo período.

CONTATO: a)-por meio de formulário eletrônico no *site*: <http://www.mpdft.gov.br/ouvidoria/duvidas.htm> b)-Disque-Ouvidoria 0800-6449500 ou 127, e c)-Via Correio no endereço: Ouvidoria do MPDFT, Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lt.2, Ed. Sede do MPDFT, Brasília-DF, Cep 70944-900.

a.1) Classificação da forma e mecanismo de controle social dos gastos público utilizados no MPDFT:

-Forma de controle social dos gastos públicos: Receber denúncias, dentre outras.

-Mecanismo de controle social dos gastos público: Ouvidoria, *SITE*.

b)-Atendimento na PROSUS/MPDFT

A PROSUS- tem objetivo de assegurar o efetivo cumprimento das diretrizes do Sistema Único de Saúde e possui atribuições em todo Distrito Federal.

b.1) - Audiência Pública – realizou-se audiência pública em 13/08/04, conforme arquivos da PROSUS e reportagem veiculada no jornal CB de 13/08/04, caderno Cidades, p.25, anexo A, no Auditório do MPDFT visando à solução para combater a Hantavirose. O evento contou com a participação além das autoridades do MPDFT, autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal, Ministério da Saúde, Conselho Regional de Medicina, sociedade civil e populares. No evento foi aprovado a proposta conjunta de trabalho.

b.1.1) Classificação da forma e mecanismo de controle social dos gastos público utilizados na PROSUS/ MPDFT:

-Forma de controle social dos gastos públicos: ajudar planejar políticas públicas de saúde no Distrito Federal.

-Mecanismo de controle social dos gastos públicos: audiência pública

b.2) Apuração de denúncias – cidadãos denunciaram à PROSUS:

Quadro 13 - Amostra de alguns atendimentos na PROSUS(2003-2004)

Serviços de Saúde	2003	2004
Objeto de denúncia e/ou reclamação à PROSUS		
Medicamentos, consultas, exames, atendimento, internamento, cirurgias, quimioterapia, denúncias ao CRM, CRF	387	358
PIP – Procedimento de Investigação Preliminar	Não foi pesquisado	94(Agosto a novembro)

Fonte: Arquivos da PROSUS/MPDFT

b.2.1) Classificação da forma e mecanismo de controle social dos gastos públicos utilizados na PROSUS/ MPDFT:

-Forma de controle social dos gastos públicos: recebeu denúncias sobre atendimento na saúde pública do Distrito Federal.

-Mecanismo de controle social dos gastos públicos: apuração de denúncias por meio da atuação da PROSUS/MPDFT.

3.4 Iniciativas Privadas de Controle Social dos Gastos Públicos

Lista de Formas e Mecanismos de Controle Social dos Gastos Públicos desempenhados pelo 3º Setor e pela Mídia Impressa e Eletrônica:

3.4.1 Organizações do 3º Setor-Atuação da ONG INESC

INESC é uma ONG com atuação em todo território nacional, com sede e foro na cidade de Brasília – Distrito Federal, foi criada em 1979, período compreendido no processo da transição democrática brasileira, tem como objetivos, dentre outros, contribuir para fazer análises das políticas públicas, tendo como base dados orçamentários, de forma a permitir o monitoramento das ações governamentais e criando mecanismos de controle social. Veja pequena amostra de algumas atividades desenvolvidas em 2003 e 2004:

Ação-Chave 1 – Contribuir para o aprimoramento dos mecanismos de controle social e gestão das políticas públicas, especialmente por meio de proposições legislativas:

a)-Realizou reuniões, palestras buscando ampliar o controle social dos gastos públicos, com representantes da Inter-Redes e da ABONG; parlamentares do Congresso Nacional membros da Comissão Mista de Orçamento e Relator do LDO;

b)-Fez articulação com parlamentares da CD e do SF, membros do Fórum Brasil de Orçamento, com a Inter-Redes e a ABONG para formulação de emendas ao Projeto de Lei nº. 110/2003, versando sobre a inclusão das entidades da sociedade civil como usuários dos sistemas de consulta, fiscalização e

acompanhamento orçamentário, administrativo, fiscal e monetário da Administração Pública Federal, e nos níveis Estado Municipal, a exemplo do SIAFI e SIASG. O PL 110/2003 encontrava-se na Câmara dos Deputados;

c)-Articulação com o fórum Brasil de Orçamento para dar continuidade à campanha sobre a criação de uma Comissão Especial sobre Lei de Responsabilidade Social – LRS no Congresso Nacional;

d)-Contratação de profissionais qualificados para dar curso de capacitação para sociedade civil intervir no processo orçamentário e no monitoramento de sua execução, elaboração de material didático destinados as entidades que participaram do Fórum Brasil de Orçamento.

Ação-Chave II – Participar em redes, fóruns e conselhos relacionados, objetivando o fortalecimento dos mecanismos democráticos da gestão pública;

Participou de seminários e conferências sobre temas relacionados com o controle social dos gastos públicos, a saber:

a)-Orçamento Participativo e Orientação Estratégica (CONTAG);

b)-O PPA do Governo Lula e as Plantas medicinais na atenção primária à saúde (Centro Nordestino e Medicina Popular);

c)-Leis de Responsabilidade e Transparência Fiscal (Associação Paraguaia de Orçamento Público)

d)-Financiamento: assegurar recursos para garantir apolítica (IV Conferência Municipal de Assistência Social no Rio de Janeiro; V Conferência de Assistência Social no Distrito Federal);

e)-Realização de seminário em São Luiz/MA, sobre o PPA na Oficina, onde foi discutido a participação popular no governo federal, mapeamento das organizações que trabalham com capacitação em orçamento. Foi divulgado, por

meio de mala direta as informações do processo orçamentário para aproximadamente 15.000 organizações.

1.1) Classificação da forma e mecanismo de controle social dos gastos públicos desempenhados pela ONG INESC.

-Forma de controle social dos gastos públicos: Ajudar planejar políticas públicas sobre o processo orçamentário brasileiro.

-Mecanismo de controle social dos gastos públicos: Movimentos sociais.

3.4.2 Atuação da Mídia Impressa e Eletrônica

Mídia impressa e eletrônica compreende os veículos de comunicações denominados de rádio, televisão, *sites* jornalísticos, revistas, jornais escritos, diários oficiais. Esses veículos de comunicações desenvolvem um papel de extrema importância no controle social dos gastos públicos, principalmente porque influem na formação da opinião pública, as vezes denunciam a má utilização dos recursos públicos.

Apesar da legislação permitir a publicação de atos da administração pública, parece que parte da sociedade nem sempre recorre aos diários oficiais o/ou boletins de serviços oficiais para tomarem conhecimento de muitas decisões, tal fato faz-se supor que na maioria das vezes a mídia impressa e/ou eletrônica é o principal canal de informação para alguns membros da sociedade.

Programas populares (Fantástico, Ratinho, Cidade Alerta, Brasília Urgente, Barra Pesada, dentre outros), que atingem as classes mais baixas, recebem denúncias de forma simples da população, que colaboram com as ações do governo, tanto nas áreas sociais, políticas e econômicas.

2.1) Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão – Mídia Eletrônica

Reportagem exibida no Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão, dia 24 de outubro de 2004, anexos B(texto e vídeo), que denunciou o uso indevido de recursos públicos no Programa Bolsa Família nas cidades de Pedreiras, Ma, Cárceres-MT, Piraquara-PR. Veja trechos da entrevista concedida ao Ministro do Desenvolvimento Social, no momento da exibição da reportagem:

Ministro: Primeiro eu quero dizer, Juliana(a repórter), que um programa como este é muito positivo. Ajuda o governo, ajuda o Brasil, esclarece a sociedade, para que a sociedade e as pessoas também fiscalizem o programa e a correta aplicação do dinheiro público. Os desafios que nós encontramos são proporcionais à extensão do programa que estamos implantando no Brasil: o Bolsa Família, unificando os cartões anteriores e atendendo hoje 5 milhões de famílias, e portanto, mais de 20 milhões de pessoas. Então é claro que existem desafios, e nós estamos trabalhando para vencê-los.

Repórter do Fantástico: O senhor acha que aquilo ali são casos pontuais, ou não?

Ministro: Eu acho que é a minoria, a grande maioria são as pessoas que realmente precisam. E as pessoas têm que reconhecerem também, com todo o respeito, que o programa [Fantástico] trabalha em algumas [poucas] cidades, o que é importante para poder mostrar que nós vamos perseguir essas distorções nas cidades mostradas e outras. Mas basta ver pelos dados que temos, que o controle que estamos exercendo através do cadastro é de atender uma grande maioria de pessoas pobres.

–Contribuições da denúncia

Essa reportagem do Fantástico trouxe impacto geral tanto para a população envolvida como para as autoridades que administram o Programa Bolsa-Família e para a sociedade como um todo. O fato motivou descoberta de fraudes em outras cidades brasileiras, bem como tomada de novas decisões governamentais, a saber:

a)-dia 27 de outubro de 2004, o Jornal CB caderno Política, p.4, apresenta a reportagem AÇÃO SOCIAL, na qual o Presidente Lula admite que a denúncia do fantástico mostrou falhas na execução do Programa, recomenda a correção imediata dos problemas para que não se repita em 2005, e afirma que “Os prefeitos sozinhos não dão conta de um programa dessa magnitude. E nós

não podemos prescindir do controle social das políticas públicas que o governo tem que ter”, anexo C;

b)-dia 04 de dezembro de 2004, o Jornal CB, caderno Economia, p.15, veicula reportagem que o Vice-Presidente do Banco Mundial sugere aumento da fiscalização como uma das soluções para combater fraudes no programa Bolsa-Família, anexo E;

c)-dia 24 de dezembro de 2004, jornal O GLOBO, p. 9, caderno O País, veicula reportagem apontando Fraudadoras do Programa Bolsa-Família em Bom Jardim – PE, anexo G;

d)dia 28 de janeiro de 2005,o Jornal O Globo, caderno País, p.3, veicula reportagem sobre fraude no Programa Bolsa Família, em Teresina –Pi, onde 1.107 funcionários com renda superior ao teto de R\$ 100,00(cem reais) eram beneficiados indevidamente pelo Programa. A fraude foi detectada pelo Ministério Público Federal, anexo L;

e) dia 29 de janeiro de 2005, o Jornal O Globo, caderno O País, p.8, veicula notícia de novas decisões do Governo Federal sobre o Programa Bolsa-Família, a saber:

e-1)-O Ministério do desenvolvimento Social fez parceria com o Ministério Público Federal para ajudar combater as fraudes no Programa Bolsa-Família, anexo M;

e-2)-O Ministro do Desenvolvimento Social prometeu implantar Comitês locais do Conselho de Controle Social do Bolsa-Família em todos municípios brasileiros.

2.1.1) Classificação do conjunto das formas e mecanismos de controle social dos gastos públicos desempenhados pela mídia impressa e eletrônica na reportagem do Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão:

a) Mídia eletrônica – Rede Globo de Televisão

-Forma de controle social dos gastos públicos: fez denúncia de ações públicas referente à má utilização dos recursos públicos do Programa do Governo Federal Bolsa Família;

-Mecanismo de controle social dos gastos públicos: atuação da mídia eletrônica por meio da reportagem uso indevido de recursos públicos veiculada no Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão.

b) Mídia impressa – Jornal CB

-Forma de controle social dos gastos públicos: discutir tema sobre a má utilização dos recursos públicos que foram fraudados no Programa do Governo Federal Bolsa Família;

-Mecanismo de controle social dos gastos públicos: atuação da mídia impressa por meio da veiculação das reportagens, a saber: b.1) ação social; b.2) crítica à despesa social.

c) Mídia impressa – Jornal O GLOBO

-Forma de controle social dos gastos públicos: faz denúncia sobre a má utilização dos recursos públicos que foram fraudados no Programa do Governo Federal Bolsa Família;

-Mecanismo de controle social dos gastos públicos: atuação da mídia impressa por meio da veiculação das reportagens, a saber: c.1) fraudadores do bolsa família; c.2) a maior fraude da Bolsa Família; c.3) Ministro de Desenvolvimento Social pretende criar Comitês Locais de Controle.

2.2 –Matéria do Jornal CB _ Mídia impressa

Matéria veiculada no Jornal CB, caderno política, p.2 e 3, de 07/11/2004, anexo D, com título Erros Sociais, mostra quadro com falhas detectadas pela CGU, a respeito da má utilização dos recursos públicos, a saber:

QUADRO 14–Atuação da Mídia Impressa, no Controle social dos gastos públicos

Principais falhas encontradas pela Controladoria-Geral nos municípios

Toda Criança na Escola

- Pagamento a servidores que não são profissionais do magistério.
- Despesas realizadas com aquisição de matérias de construção e com reformas de escolas, sem que os serviços tenham sido executados.
- Pagamento de despesas que não se caracterizam como de manutenção e desenvolvimento do ensino conforme determina a Lei 9.394/96.
- Prédios em condições inadequadas para o funcionamento de escolas, pagamento de professores com salários inferiores ao salário mínimo.
- Contratação de veículos inadequados para transporte escolar.

Fome Zero

- Foram verificados no Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará inferioridade na qualidade de produtos comprados, como o arroz e o feijão em relação ao preço cobrado por eles. Delegacias federais de agricultura chegaram a questionar em alguns casos se a qualidade dos grãos eram próprias para o consumo humano.
- Dificuldade por parte do Incra do Rio de Janeiro de conseguir veículos apropriados para a realização do transporte dos alimentos, o que pode comprometer a integridade dos produtos.

Saúde da Família

- Kits de medicamentos desviados para outro programa de saúde.
- Número de atendimentos das equipes abaixo do previsto.
- Membros das equipes não cumprem jornada de 40 horas semanais.
- Equipes do Programa de Saúde da Família incompleto.

Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência

- Em 414 fiscalizações da CGU foi constatada a existência de saldos de exercícios anteriores em contas bancárias, a não aplicação dos recursos repassados sem evitar a desvalorização da verba utilizando-a em mercado financeiro.
- A não realização pelos conselhos de assistência social, dos gestores estaduais e municipais de supervisões periódicas nas instituições que prestam atendimento aos beneficiários da ação.
- Falhas nos procedimentos licitatórios para aquisição de materiais de consumo e gêneros alimentícios destinados às entidades.
- Erros na documentação que comprovam despesas realizadas, cobrança indevida de taxas de atendimento pelas entidades.
- Inadequação das instalações físicas das entidades executoras.
- Realização de despesas incompatíveis com a finalidade da ação, tais como pagamento de vale-transporte, de obrigações trabalhistas, despesas de investimento.
- Ausência de controle do material adquirido pelas prefeituras e repassado às entidades.

Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

- Não execução da meta prevista.
- Não comprovação da disponibilização do valor referente à contrapartida.
- Atraso nos pagamentos das bolsas às famílias.
- Pagamento das bolsas diretamente pela Prefeitura, o que contraria a legislação do programa que determina que os pagamentos devem ser realizados por agências bancárias ou dos Correios.
- Falta acompanhamento e fiscalização dos conselhos de assistência social para execução do programa.
- Falta de treinamento dos monitores que atuam na jornada ampliada.

Produção e Difusão Cultural

- Atraso na apresentação das prestações de contas.
- Descumprimento de cláusulas pactuadas no Termo de Convênio e inobservância às normas, que regulamentam a utilização de recursos concedidos por convênios.
- Não realização plena dos objetivos, com atraso na conclusão de obras ou de forma mais grave, a sua não disponibilização aos usuários, apesar de concluídas.

Fonte: Jornal Correio Braziliense

–Possíveis efeitos da reportagem:

a)-coincidiu que depois que a matéria foi veiculada, a CGU implantou no final de novembro/2004, um mecanismo de controle social visando a dar mais transparência das ações governamentais do Poder Executivo Federal, denominado de Portal da Transparência, cujo acesso se dá por meio do endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>, vide declarações do Senhor Ministro da CGU, em trechos da reportagem descritas anteriormente.

b) possibilitou o acesso ao elenco de falhas por usuários que não dispõem de meios para acessar *sites* eletrônicos. Acesso ao relatório por usuários que não dispõem de meios para acessar *sites* eletrônicos.

2.2.1) Classificação da forma e mecanismo de controle social dos gastos públicos desempenhados pelo Jornal CB:

-Forma de controle social dos gastos públicos: fez denúncia da má utilização dos recursos públicos detectada pela CGU.

-Mecanismo de controle social dos gastos públicos: atuação da mídia impressa por meio da reportagem com título Erros Sociais veiculada no jornal CB.

2.3 Reportagem do Jornal O GLOBO – Mídia impressa

Veja trechos da reportagem do jornal O GLOBO, caderno o País, p. 8, de 03/01/2005, anexo J, onde o Presidente do TCU, em entrevista fala do estágio da administração pública com referência, principalmente à resistência à fiscalização:

O GLOBO: Na sua posse, o senhor disse que não basta fiscalizar. É preciso cobrar a boa aplicação do recurso. Como?

ADYLSO MOTA: A função do TCU é zelar pelo dinheiro público. E um dos aspectos a que se dá muita ênfase, foco do tribunal, é a aplicação dos recursos. Muitas vezes o gestor faz aplicação dos recursos dentro da lei, mas de forma ineficiente, errada, distorcida. Não é o fato de se gastar dentro da lei que se impede a dilapidação do erário. Não basta agir corretamente, mas com eficiência, economicidade e razoabilidade.

O GLOBO: Há resistência de setores do governo à ação do TCU?

MOTA: De maneira geral, o governo tem sido cooperativo. O próprio presidente da República deu apoio grande. Nunca tivemos óbice junto às autoridades superiores. Mas há nichos de resistência, que se pegam no princípio da inviolabilidade e dos sigilos bancário e fiscal. Muitas vezes se pede informação que não tem nada a ver com sigilos bancário e fiscal e, mesmo assim, eles são invocados e se dificulta o trabalho. É preciso uma legislação mais clara, definido com todas as letras onde se pode ou não se penetrar nessas informações.

O GLOBO: Onde se localizam esses nichos de resistência?

MOTA: O Banco Central, o Banco do Brasil, a Petrobrás e a Fazenda têm feito objeções. Sempre invocam esse princípio. Ninguém gosta de ser fiscalizado.

O GLOBO: As auditorias são prejudicadas pelo fato de o tribunal não ter acesso aos sigilos?

MOTA: A administração pública está mudando um pouco o foco. Deixou de ser burocrática e passou a ser mais gerencial. Fortaleceu muito as empresas. Qualquer coisa que se faça elas alegam que vai ferir a competitividade. Vai servir de óbice para afastar o concorrente, o investidor, principalmente o estrangeiro.

– Possível efeito da reportagem:

-ajudou a sociedade formar opinião a respeito do assunto.

2.3.1) Classificação da forma e mecanismo de controle social dos gastos públicos desempenhados pelo Jornal O GLOBO:

-Forma de controle social dos gastos públicos: discutir tema sobre órgãos públicos que resistem à fiscalização do TCU.

-Mecanismo de controle social dos gastos públicos: atuação da mídia impressa por meio da reportagem ninguém gosta de ser fiscalizado veiculada no jornal O GLOBO.

Deduz-se que todas as formas e mecanismos de controle social dos gastos públicos, listados do item 3.3 ao final do 3.4, deste capítulo, contribuíram para ajudar a reduzir a má utilização dos recursos públicos aplicados na gestão pública federal.

4. PONTO DE VISTA DE ALGUNS ADOLESCENTES E ADULTOS RESIDENTES EM BRASÍLIA/DF - RESULTADO DA PESQUISA

Pesquisa realizada em novembro/2004, pela autora, com adolescentes e adultos, visando à avaliação de seu envolvimento no controle social dos gastos públicos, obteve os resultados, a saber:

4.1 – PONTO DE VISTA DOS ADOLESCENTES DO COLÉGIO CRESÇA

TABELA 1 - Adolescentes e o controle social dos gastos públicos

Adolescentes estudantes do 1º grau no Colégio Cresça –Centro de Realização Criadora										
Responda as questões abaixo										
1. Identificação parcial:										
	5ª série		6ª Série		7ª série		8ª série		Total	
Idade	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
11 anos	17	48,57%							17	14,66%
12 anos	15	42,86%	9	25,00%					24	20,69%
13 anos	2	5,71%	21	58,33%	11	39,29%			34	29,31%
14 anos			6	16,67%	12	42,86%	8	47,06%	26	22,41%
15 anos					3	10,71%	7	41,18%	10	8,62%
16 anos					2	7,14%	2	11,76%	4	3,45%
17 anos										0,00%
18 anos	1	2,86%							1	0,86%
Total	35	100,00%	36	100,00%	28	100,00%	17	100,00%	116	100,00%
Sexo										
Masculino	15	42,86%	21	58,33%	19	67,86%	7	41,18%	62	53,45%
Feminino	20	57,14%	15	41,67%	9	32,14%	10	58,82%	54	46,55%
Total	35	100,00%	36	100,00%	28	100,00%	17	100,00%	116	100,00%
2. Você sabe o que é controle social dos gastos públicos?										
	5ª série		6ª Série		7ª série		8ª série		Total	
Sim	14	40,00%	11	30,56%	6	21,43%	8	47,06%	39	33,62%
Não	16	45,71%	9	25,00%	9	32,14%	3	17,65%	37	31,90%
Gostaria de saber	5	14,29%	16	44,44%	13	46,43%	6	35,29%	40	34,48%
Total	35	100,00%	36	100,00%	28	100,00%	17	100,00%	116	100,00%
3. Quem da sua família faz denúncia da má utilização dos recursos públicos?										
	5ª série		6ª Série		7ª série		8ª série		Total	
Ninguém	14	24,14%	21	38,89%	16	53,34%	5	18,52%	56	33,14%
Pai	11	18,97%	9	16,68%	6	20,00%	7	25,93%	33	19,52%
Mãe	14	24,14%	8	14,81%	6	20,00%	6	22,22%	34	20,12%
Avô	3	5,17%	2	3,70%			1	3,70%	6	3,55%
Avó	3	5,17%	5	9,26%	1	3,33%	2	7,41%	11	6,51%
Irmãs/ irmãos	1	1,72%	3	5,56%					4	2,37%
Tios	3	5,17%	2	3,70%			3	11,11%	8	4,73%
Tias	2	3,45%	2	3,70%			1	3,70%	5	2,96%
Primas	2	3,45%							2	1,18%
Outros	5	8,62%	2	3,70%	1	3,33%	2	7,41%	10	5,92%
Total	58	100,00%	54	100,00%	30	100,00%	27	100,00%	169	100,00%
4. Qual(is) fonte(s) de informação você toma/tomou conhecimento da má utilização dos recursos públicos?										
	5ª série		6ª Série		7ª série		8ª série		Total	
Televisão	13	23,64%	31	37,80%	22	26,19%	10	27,78%	76	29,57%
Internet	9	16,36%	14	17,07%	16	19,05%	7	19,43%	46	17,90%
Jornais	6	10,91%	12	14,63%	14	16,67%	10	27,78%	42	16,34%
Rádio	6	10,91%	4	4,89%	6	7,14%			16	6,23%
Amigos	2	3,64%	5	6,10%	8	9,52%	2	5,56%	17	6,61%
Instituição de Ensino que estuda	7	12,73%	4	4,88%	4	4,76%	1	2,78%	16	6,23%
Familiares	9	16,36%	11	13,41%	13	15,48%	6	16,67%	39	15,17%
Outros	3	5,45%	1	1,22%	1	1,19%			5	1,95%
Total	55	100,00%	82	100,00%	84	100,00%	36	100,00%	257	100,00%
5. Qual a sua opinião sobre denunciar a forma inadequada de gastos públicos?										
	5ª série		6ª Série		7ª série		8ª série		Total	
Sou favorável	15	42,86%	17	47,22%	9	32,14%	13	76,48%	54	46,55%
Em geral sou contra	6	17,14%	1	2,78%	3	10,71%	1	5,88%	11	9,48%
Em alguns casos é aceitável	6	17,14%	8	22,22%	4	14,29%	1	5,88%	19	16,38%
Não tenho opinião formada	8	22,86%	10	27,78%	12	42,86%	2	11,76%	32	27,59%
Total	35	100,00%	36	100,00%	28	100,00%	17	100,00%	116	100,00%

GRÁFICO 1.1

IDENTIFICAÇÃO PARCIAL DOS ESTUDANTES DO 1º GRAU DO COLÉGIO CRESÇA
Sexo

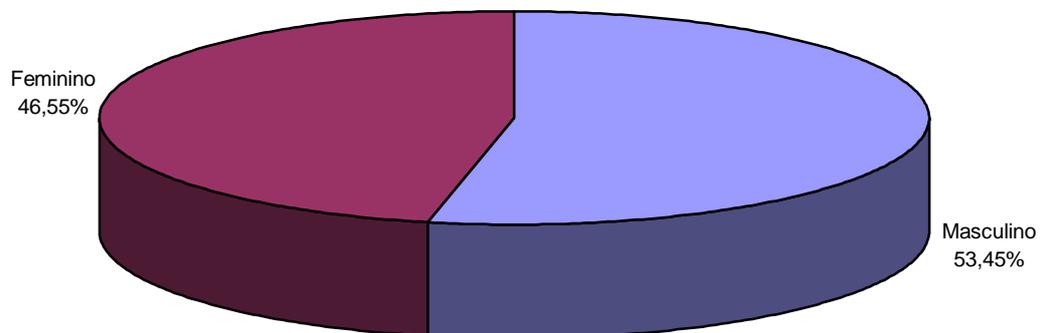


GRÁFICO - 1.2

RESPOSTAS DE ADOLESCENTES ESTUDANTES DO 1º GRAU DO COLÉGIO CRESCÇA
Questão 2 - Você sabe o que é controle social dos gastos públicos?

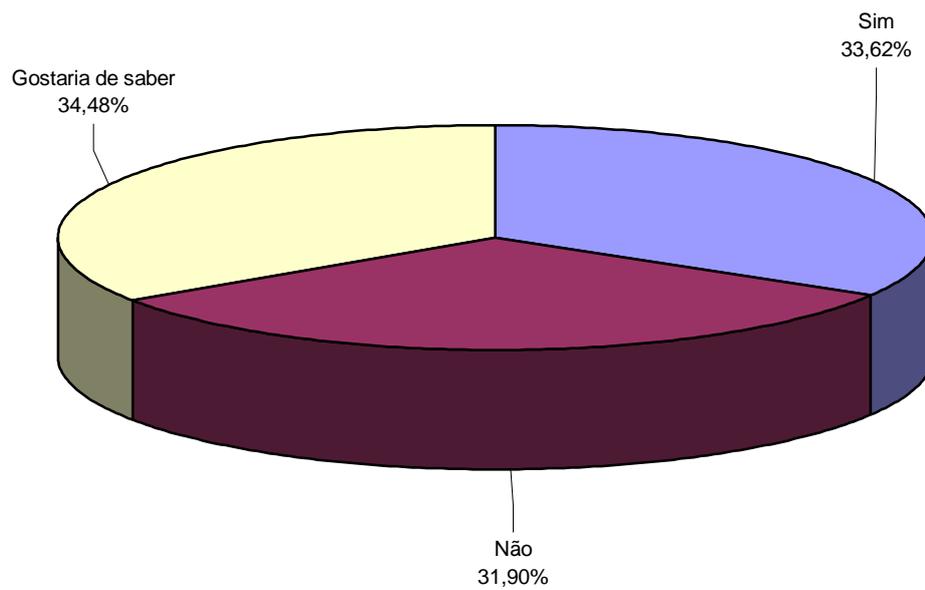


GRÁFICO 1.3

RESPOSTAS DE ADOLESCENTES ESTUDANTES DO 1º GRAU DO COLÉGIO CRESÇA
Questão 3 - Quem da sua família faz denúncia da má utilização dos Recursos Públicos

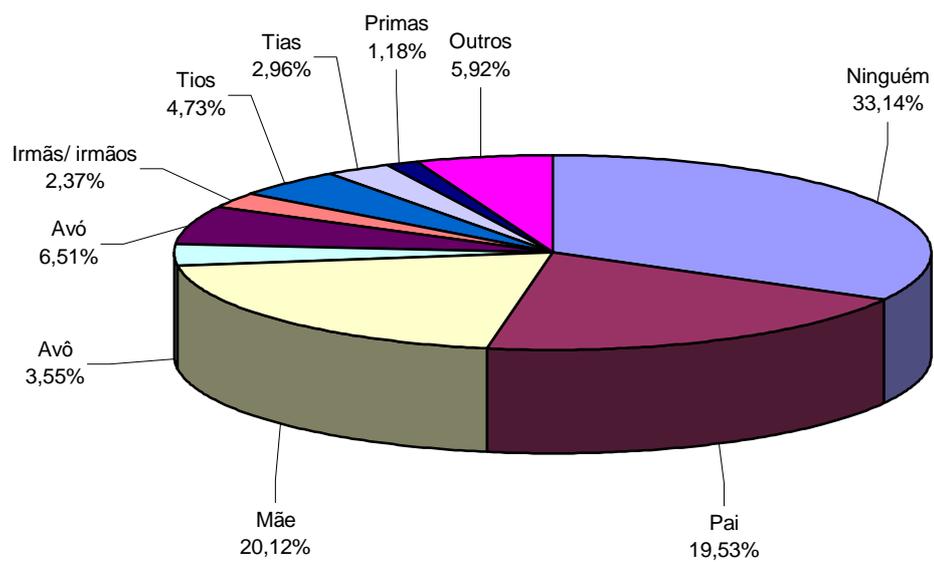


GRÁFICO 1.4

RESPOSTAS DE ADOLESCENTES ESTUDANTES DO 1º GRAU DO COLÉGIO CRESÇA
Questão 4 - Fontes de informação sobre conhecimento da má utilização dos recursos públicos

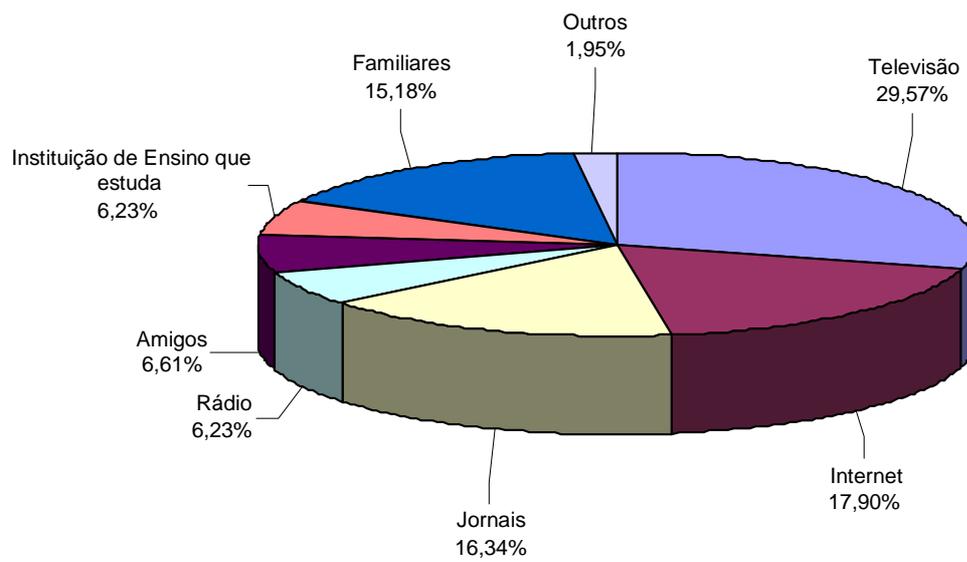
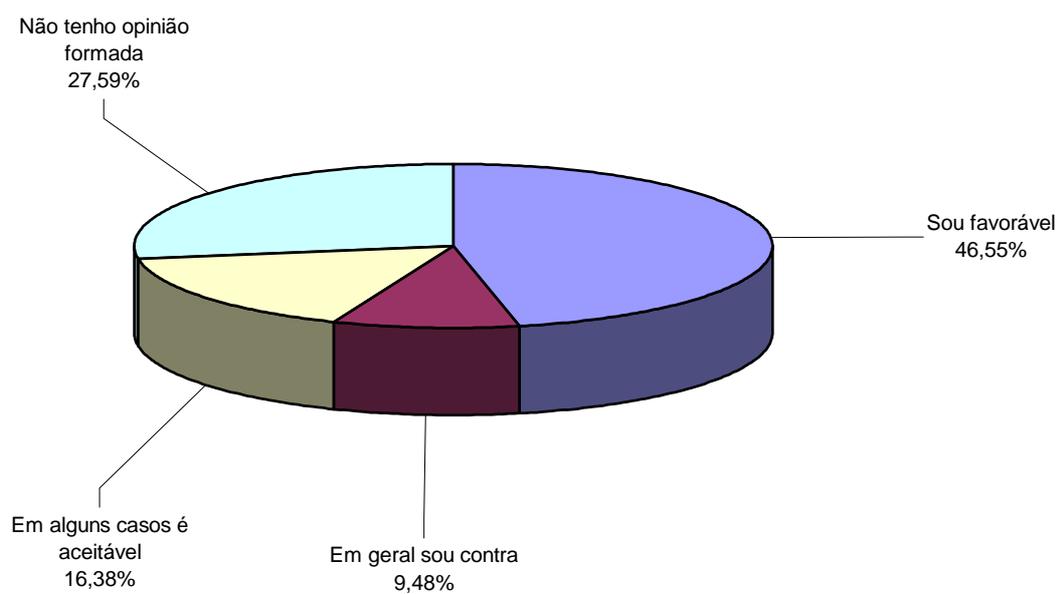


GRÁFICO 1.5

RESPOSTAS DE ADOLESCENTES ESTUDANTES DO 1º GRAU DO COLÉGIO CRESCA
Questão 5 - Opinião sobre denunciar forma inadequada de gastos públicos



4.1.1 Análise da Pesquisa

O colégio Cresça-Centro de Realização Criadora, na época da realização da pesquisa tinha 120 alunos matriculados da 5ª a 8ª séries, dos quais 116 responderam aos questionários. Da análise da pesquisa chegou-se às seguintes suposições:

a)- 66,38% não sabem o que é controle social dos gastos públicos considerando-se que desse total, uma parte respondeu que não sabia o conceito de controle social de gastos públicos e outra parte respondeu que gostaria de saber. (Tabela 1, questão 2 e/ou gráfico 1.2)

b)- Há probabilidade de que temas relacionados à má utilização dos recursos públicos começam fazer parte do vocabulário desses alunos, pelo fato de tomarem conhecimento do assunto por meio da mídia impressa e eletrônica, familiares, instituição de ensino, amigos e outras fontes de informações não identificadas. (Tabela 1, questão 4 e/ou gráfico 1.4);

b.1)- Cabe ressaltar a motivação desses jovens para obter informações sobre o mundo, bem como o prestígio que a mídia impressa e eletrônica usufrui junto a esse público, haja vista que um índice de 52,04% afirmou optar pelo acesso aos veículos de comunicações televisão(29,57%), jornais(16,34%) e rádio (6,23%). (Tabela 1, questão 4 e/ou gráfico 1.4).

c)- Ademais, a maioria respondeu que é favorável a denunciar a má utilização de recursos públicos, enquanto que apenas 27,59% do total afirmou não ter opinião formada. (Tabela 1, questão 5 e/ou gráfico 1.5).

4.2 – PONTO DE VISTA DE ALGUNS ADULTOS

TABELA 2 – Adultos e o controle social dos gastos públicos

Adultos: Estudantes e Profissionais								
Responda as questões abaixo								
1. Identificação Parcial	MPDFT		SERVIDOR		Estudante 3º grau		Total	
	Membros, servidores ativos, estagiários		Servidores ativos, inativos, patrões e empregados		Centro Universitário UNIEURO			
Idade	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
16 a 19 anos	6	5,45%	1	1,15%	7	9,09%	14	5,11%
20 a 25 anos	25	22,73%	4	4,60%	37	48,05%	66	24,09%
26 a 35 anos	32	29,09%	15	17,24%	21	27,27%	68	24,82%
36 a 45 anos	33	30,00%	26	29,89%	9	11,69%	68	24,82%
46 a 55 anos	12	10,91%	26	29,89%	2	2,60%	40	14,60%
56 a 65 anos	2	1,82%	12	13,79%	1	1,30%	15	5,47%
66 a 75 anos	0	0,00%	3	3,45%		0,00%	3	1,09%
Total	110	100,00%	87	100,00%	77	100,00%	274	100,00%
Sexo								
Masculino	47	42,73%	34	39,08%	29	37,66%	110	40,15%
Feminino	63	57,27%	53	60,92%	48	62,34%	164	59,85%
Total	110	100,00%	87	100,00%	77	100,00%	274	100,00%
Escolaridade								
1º Grau	0	0,00%		0,00%		0,00%	-	0,00%
2º Grau	26	23,64%	9	10,34%		0,00%	35	12,77%
3º Grau incompleto	23	20,91%	12	13,79%	77	100,00%	112	40,88%
3º Grau	38	34,55%	20	22,99%		0,00%	58	21,17%
Pós-graduação incompleto	2	1,82%	2	2,30%		0,00%	4	1,46%
Pós-graduação	21	19,09%	44	50,57%		0,00%	65	23,72%
Total	110	100,00%	87	100,00%	77	100,00%	274	100,00%
2. Você já fez denúncia da má utilização dos recursos públicos?								
	MPDFT		SERVIDOR		Estudante 3º grau		Total	
Sim	14	12,73%	12	13,79%	12	15,58%	38	13,87%
Não	93	84,55%	74	85,06%	60	77,92%	227	82,85%
Tentei	3	2,73%	1	1,15%	5	6,49%	9	3,28%
Total	110	100,00%	87	100,00%	77	100,00%	274	100,00%
3. Qual(is) fonte(s) de informação você toma/tomou conhecimento da má utilização dos recursos públicos?								
	MPDFT		SERVIDOR		Estudante 3º grau		Total	
Televisão	78	28,68%	70	27,89%	60	29,27%	208	28,57%
Internet	47	17,28%	37	14,74%	34	16,59%	118	16,21%
Jornais	71	26,10%	60	23,90%	46	22,44%	177	24,31%
Rádio	38	13,97%	46	18,33%	28	13,66%	112	15,38%
Amigos	23	8,46%	25	9,96%	26	12,68%	74	10,16%
Revistas	2	0,74%	6	2,39%		0,00%	8	1,10%
Instituição de Ensino que estuda	6	2,21%	3	1,20%	10	4,88%	19	2,61%
Outros	7	2,57%	4	1,59%	1	0,49%	12	1,65%
Total	272	100,00%	251	100,00%	205	100,00%	728	100,00%
4. Qual a sua opinião sobre denunciar a forma inadequada de gastos públicos?								
	MPDFT		SERVIDOR		Estudante 3º grau		Total	
Sou favorável	100	90,91%	80	91,95%	63	81,82%	243	88,69%
Em geral sou contra	3	2,73%		0,00%	3	3,90%	6	2,19%
Em alguns casos é aceitável	3	2,73%	5	5,75%	8	10,39%	16	5,84%
Não tenho opinião formada	4	3,64%	2	2,30%	3	3,90%	9	3,28%
Total	110	100,00%	87	100,00%	77	100,00%	274	100,00%
5. Na sua opinião, a forma mais eficiente do cidadão corrigir irregularidades nos gastos públicos é:								
	MPDFT		SERVIDOR		Estudante 3º grau		Total	
Denunciar a irregularidade no Ministério Público	78	44,57%	61	41,50%	34	40,00%	173	42,51%
Imprensa denunciar a irregularidade	48	27,43%	39	26,53%	27	31,76%	114	28,01%
Participação do 3º setor (ONG, Sociedade Civil Organizada) na denúncia	14	8,00%	21	14,29%	2	2,35%	37	9,09%
Denunciar a irregularidade no próprio órgão autor da prática ilícita	27	15,43%	22	14,97%	12	14,12%	61	14,99%
Não tenho opinião formada	8	4,57%	4	2,72%	10	11,76%	22	5,41%
Total	175	100,00%	147	100,00%	85	100,00%	407	100,00%

Gráfico 2. 1. 2

IDENTIFICAÇÃO PARCIAL DOS ADULTOS: ESTUDANTES E PROFISSIONAIS
Sexo

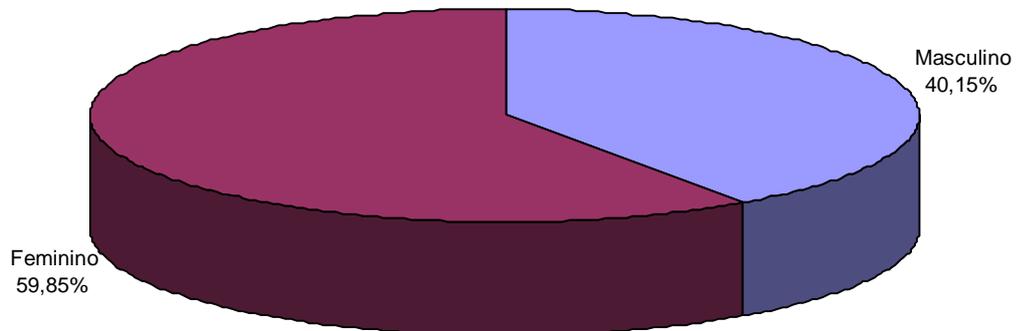


Gráfico 2. 1 .3

IDENTIFICAÇÃO PARCIAL DOS ADULTOS: ESTUDANTES E PROFISSIONAIS
Escolaridade

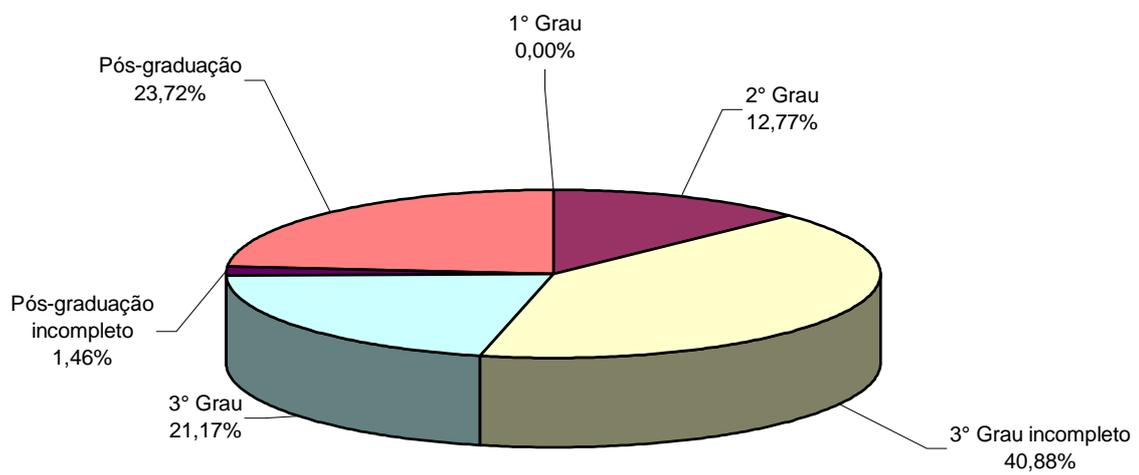


Gráfico 2. 2

RESPOSTAS DE ADULTOS: ESTUDANTES E PROFISSIONAIS
Questão 2 - Você já fez denúncia sobre má utilização dos Recursos Públicos?

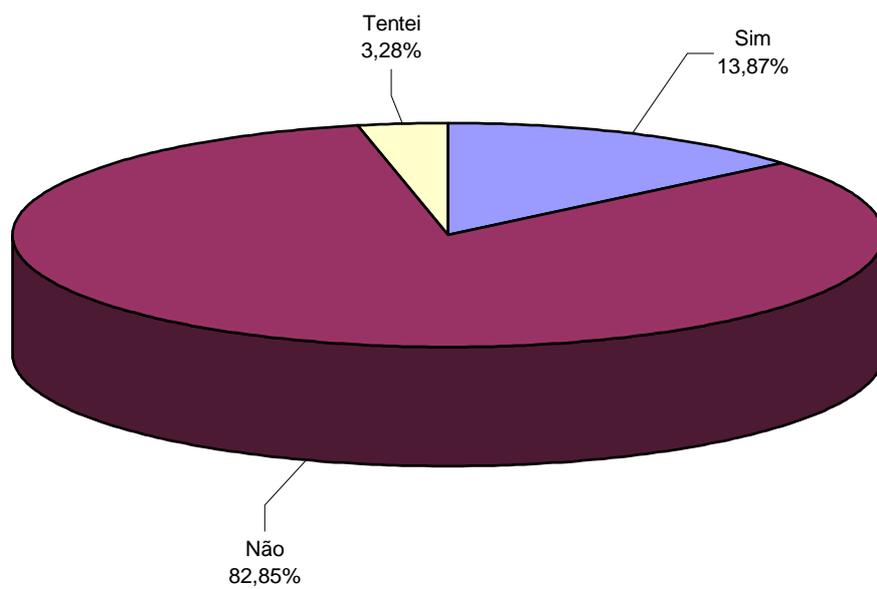


Gráfico 2. 3

RESPOSTAS DE ADULTOS: ESTUDANTES E PROFISSIONAIS
Questão 3 - Qual(is) fonte(s) de informações você toma/tomou conhecimento sobre má utilização dos Recursos Públicos?

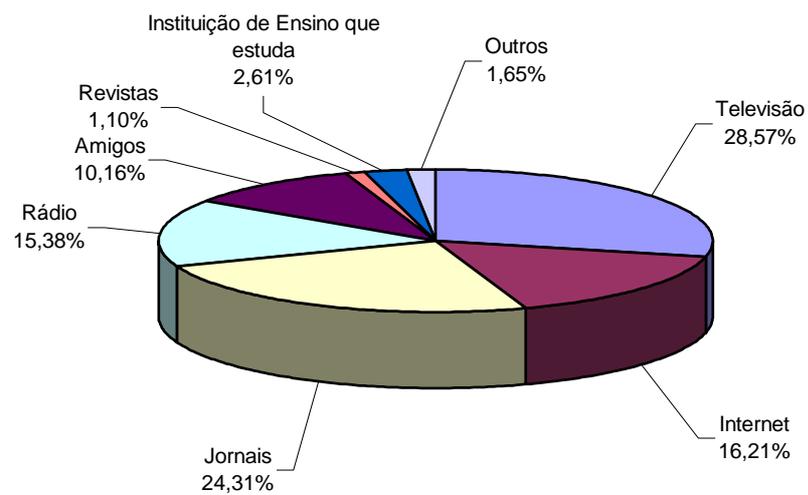


Gráfico 2. 4

RESPOSTAS DE ADULTOS: ESTUDANTES E PROFISSIONAIS
Questão 4 - Qual a sua opinião sobre denunciar a forma inadequada de gestos públicos?

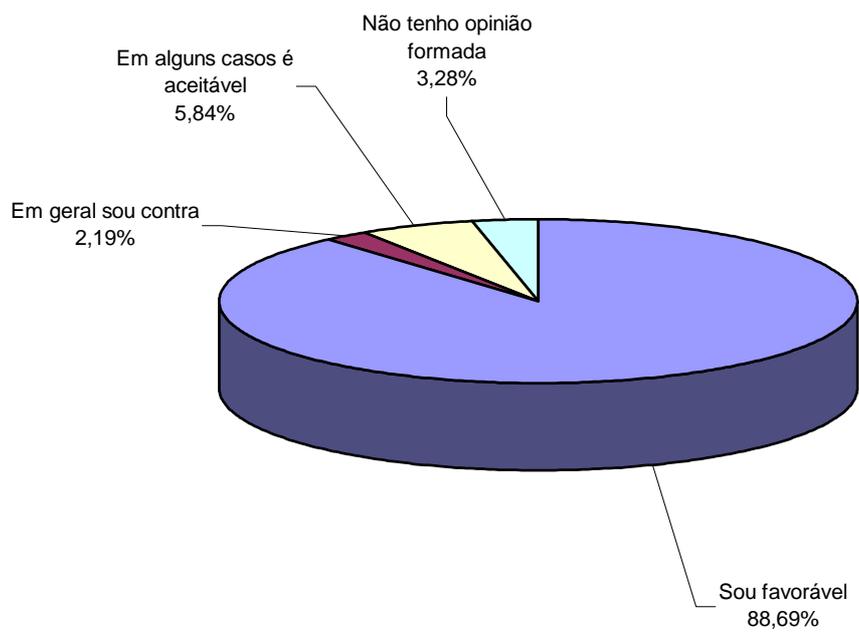
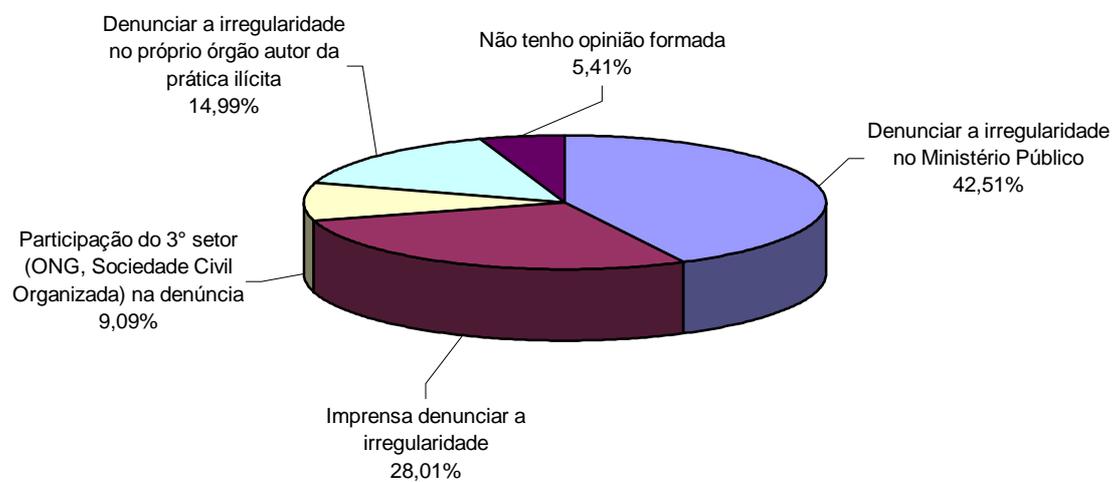


Gráfico 2. 5

RESPOSTAS DE ADULTOS: ESTUDANTES E PROFISSIONAIS
Questão 5 - Na sua opinião, a forma mais eficiente do cidadão corrigir irregularidades nos gastos públicos é:



4.2.1 Análise da Pesquisa

A amostra dos adultos residentes em Brasília-DF referente à Tabela 2, é composta de 274 participantes. Da análise da pesquisa chegou-se às seguintes suposições:

a) - A maioria é favorável a denunciar a forma inadequada dos gastos públicos, porém não denuncia. Do total, 13,87% já denunciou a má utilização dos recursos públicos e 3,28% já tentou. (Tabela 2, questões 2 e 4 e/ou gráficos 2.2 e 2.4);

b) - Os participantes tomam conhecimento da má utilização de recursos públicos, por meio da mídia impressa e eletrônica, amigos, instituições de ensino e outros meios de informações. A maioria pertence à faixa etária de 20 a 55 anos e possui escolaridade superior ao 2º Grau (Tabela 2, questões 1 e 2 e/ou gráficos 2.1.3 e 2.3). Dessas características deduz-se que a maioria da amostra está representada por pessoas com capacidade para formar opiniões e tomar decisões, porém afirmaram optar por não denunciar.

Ao responder a questão “qual a forma mais eficiente do cidadão corrigir irregularidades nos gastos públicos” os participantes escolheram uma forma de combinação concomitante dos vários mecanismos de controle social relacionados, na seguinte frequência e preferência; Ministério Público (1º lugar), Imprensa (2º lugar), denunciar no próprio órgão (3º lugar), 3º Setor (4º lugar) e não tem opinião formada (5º lugar). (Tabela 2, questões 5 e/ou gráfico 2.5).

Cabe enfatizar que qualquer uma das formas e mecanismos de controle social dos gastos públicos é útil para ajudar a combater o desvio de recursos públicos para fins privados.

5 CONCLUSÃO

Controle social dos gastos públicos, refere-se à atuação da sociedade, por meio de formas e mecanismos adequados e específicos, junto a ação governamental que trata da utilização de recursos públicos visando à transparência das informações respectivas, a fim de exigir a *accountability*. Esta modalidade de controle é uma forma eficaz de ajudar combater os desvios da aplicação dos recursos públicos

Por intermédio da lista de formas e mecanismos de controle social dos gastos públicos estudados no presente trabalho, deduz-se a importância da participação da sociedade na ajuda da fiscalização da aplicação dos recursos públicos(ajudar a fiscalizar os gastos públicos).

Esses exemplos evidenciam uma amostra da atuação da sociedade no exercício da cidadania, cabe destacar que todas as ações foram úteis para ajudar a viabilizar a boa aplicação dos recursos públicos. Veja a seguir, o que foi listado:

1) as formas de controle social dos gastos públicos de iniciativas privadas desempenhadas pelo 3º Setor(ONG INESC) e pela Mídia Impressa e Eletrônica:

1.a) denúncia da má utilização dos recursos públicos(Mídia Impressa e Eletrônica);

1.b) discussão de temas relacionados à má utilização dos recursos públicos e aos órgãos públicos que resistem à fiscalização do TCU(Mídia Impressa);

1.c) ajudar planejar políticas públicas relacionadas ao processo orçamentário brasileiro(3º Setor-ONG INESC).

2) Os mecanismos de controle social de gastos públicos de iniciativas privadas que possibilitaram o exercício do controle social dos gastos públicos:

2.a) desempenhados pelo do 3º Setor(ONG INESC): os movimentos sociais;

2.b) desempenhados pela Mídia Impressa e Eletrônica(Jornal CB, Jornal O GLOBO, Programa Fantástica da Rede Globo de Televisão): a veiculação das reportagens;

3) as formas de controle social dos gastos públicos de iniciativa governamental utilizadas nos órgãos da administração direta federal:

3.a) no SF- possivelmente a sociedade ajudará fiscalizar o Orçamento da União;

3.b) na CD,TCU e MPDFT- receber denúncias e reclamações de ações públicas;

4) os mecanismos de controle social dos gastos públicos de iniciativa governamental utilizados nos órgãos da administração direta federal, que possibilitaram o exercício do controle social dos gastos públicos:

4. a) possivelmente *SITE* e o SIGA BRASIL no SF;

4. b) *SITE* e Ouvidoria na CD;

4.c)*SITE* e Ouvidoria no TCU;

4.d) *SITE*, Ouvidoria, Audiência Pública, apurações de denúncias(Representações) no MPDFT.

Pesquisa realizada pela autora com alguns adolescentes e adultos residentes em Brasília-DF, acerca do seu envolvimento no controle social dos gastos públicos, revelou que a maioria é favorável a denunciar a forma inadequada de gastos públicos. Os adultos foram indagados se já denunciaram e a maioria respondeu que não, mas apontaram como forma mais eficiente do

cidadão corrigir irregularidade nos gastos públicos, é denunciar a irregularidade, combinando de forma concomitante os mecanismos de controle social na seqüência e preferência: Ministério Público (1º lugar) combinado concomitante com as demais opções: imprensa denunciar a irregularidade (2º lugar), participação do 3º setor na denúncia (3º lugar), denunciar a irregularidade no próprio órgão (4º lugar) e não tem opinião formada (5º lugar).

A instituição do controle social na gestão pública já existe, tanto por iniciativa governamental como privada, cabe a sociedade brasileira decidir participar.

Conclui-se que é muito provável que uma das maneiras que possibilite a sociedade ajudar reduzir a má utilização de recursos públicos na gestão pública é o seu envolvimento no efetivo controle social dos gastos públicos, podendo atuar em grupo ou individual, por meio de iniciativa governamental ou por meio de iniciativas privadas.

Propõe-se que os próximos trabalhos estudem este tema sob o ponto de vista de ações da sociedade para exigir *accountability* dos gastos públicos.

BIBLIOGRAFIA

BUGARIN, Mauricio Soares; VIEIRA, Laércio Mendes; GARCIA, Leice Maria. Controle dos Gastos Públicos no Brasil – Instituição, KOMACD – Adenaner – Stifting , Rio de Janeiro, 2003.

BEUREN, Iilse Maria, et al, Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. Teoria e Prática, Atlas, São Paulo, 2003.

CFC, Normas Brasileiras de Contabilidade Auditoria e Perícia, Brasília, 2003, 32 op.

Controladoria-Geral da União. Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público, Dezembro/2004.

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios/Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social. Cartilha do Terceiro Setor, não encontrou o ano de publicação.

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios/Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social. Cartilha Roteiro de Prestação de Contas de Entidades Sociais, não encontrou o ano de publicação.

CRUZ, Flávio et al. Comentários à Lei 4.320/64, 3ª Edição, Atlas, São Paulo, 2003.

DEMO, Pedro. Cidadania Pequena. Autores Associados, Campinas São Paulo, 2001.

GIACOMONI, James. Orçamento Público, 11ª edição, Atlas, SP, 2002;

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 5ª edição, Atlas, São Paulo, 1999;

GRANJEIRO, Jo´se Wilson, DICKEL, Gelson Vilmar. Direito Administrativo – Apostila de Concurso.

HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário, 11ª edição, Atlas, São Paulo, 2003;

HENDRIKSEN, Edson S., BREDÁ, Michel F. Van. Teoria da Contabilidade, Atlas São Paulo, 1999;

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade, 6ª edição, Atlas, São Paulo, 2000.

KOHAMA, Hélio. Contabilidade Pública, Teoria e Prática, 9ª edição, Atlas, SP, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 18ª edição, Malheiros Editores, SP, 1993;

MENDES, Luiz Carlos Abreu. Visitando o “Terceiro Setor” (ou parte dele), IPEA, 1999;

MOTA Francisco Glauber. Contabilidade Aplicada à Administração Pública, 6ª edição, VESTICON, Brasília, 2003;

NASCIMENTO, Carlos Valder do – Curso de Direito Financeiro, Forense, Rio de Janeiro, 1999;

NASCIAMENTO, Edson Ronaldo et al. Analista Judiciário – Área Administrativa – STJ, VESTICON Brasília, 2004;

PAES, José Eduardo Sabo. Fundações e Entidades de Interesse Social – Aspectos Jurídicos, Administrativos, Contábeis e Tributários, 4ª edição, Brasília Jurídica, Brasília, 2003;

PEREIRA, Cláudia Fernanda de Oliveira. Direito Sanitário. A Relevância do Controle nas Ações e Serviços de Saúde, Fórum, Belo Horizonte, 2004;

PERIRA, Luiz Carlos Bresser. Administração Pública Gerencial: estratégia e estrutura para um Novo Estado, MARE/ENAP, Brasília. 1996;

RIBEIRO, Antonio Silva Magalhães. Corrupção e Controle na Administração Pública Brasileira, Atlas, São Paulo, 2004;

SILVA, Francisco Carlos da Cruz. Controle Social: Reformando a Administração Pública para a Sociedade, UNACON, Brasília, 2002;

STEVENSON, William J. Estatística Aplicada à Administração, Tradução Alfredo Alves de Farias, HARBRA, SP, 1981;

TORRES, Ricardo Lobo, Curso de Direito Financeiro e Tributário, 10ª edição, Renovar, Rio de Janeiro, 2003;

LEGISLAÇÃO.

BRASIL. ABNT/NBR 10520, ABNT/NBR 14724/2002, ABNT/NBR 6023/2002;

BRASIL. Constituição (1988) Brasília, 2004, Senado Federal;

BRASIL. Lei 4.320, de 17.03.64, dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios;

BRASIL. Lei 8.080, de 19.09.90, dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

BRASIL. Lei 8.142, de 28.12.90, dispõe sobre a participação de comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

BRASIL. Lei Orgânica do TCU nº 8.443, de 16.07.92;

BRASIL. Lei Complementar nº 75 de 20.05.93, dispõe sobre a Organização, atribuições e o estatuto do Ministério Público da União;

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade, Resolução nº 774 de 16.12.94, dispõe sobre aprovação de Apêndice à Resolução sobre Princípios Fundamentais de Contabilidade;

BRASIL. Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998, dispõe sobre a criação de “Home page” na Internet” pelo TCU, para divulgação dos dados e informação que especifica, e dá outras providências;

BRASIL. Tribunal de Contas da União, IN nº 28/99, Estabelece regras para a implantação da home page Contas Públicas, de que trata a Lei nº 9.755/98;

(DISTRITO FEDERAL) MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, Portaria 653/PGJ, 01.09.97 cria e dirige atribuições da PROSUS/MPDFT;

BRASIL. Secretaria Federal de Controle Interno, IN nº 01/2001, Define Diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;

BRASILIA (DISTRITO FEDERAL) MINISTERIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, Portaria nº 1736, de 10.09.04, dispõe sobre a criação da Ouvidoria do MPDFT;

BRASILIA (DISTRITO FEDERAL) Câmara dos Deputados, Resolução nº 19 de 14.03.2001, Dispõe sobre a estrutura da Ouvidoria Parlamentar;

SIGABRASIL –BRASIL. Senado Federal SIGA BRASIL – Sistema de Informações Orçamentárias Gerenciais Avançadas 2004;

BRASIL. Decreto nº 4.923, de 18 de dezembro de 2003, Dispõe sobre o Conselho de Transparências Pública e Combate à Corrupção, e da outras providências.

DOCUMENTOS:

Relatórios da Ouvidoria Parlamentar da Câmara dos Deputados de 2003 e 2004;.

Relatório com Relação de Atendimentos na PROSUS/MPDFT;

Pesquisa sobre relação de Organizações do 3º Setor cadastradas na Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social/MPDFT

PESQUISAS EM *SITES*:

<http://www.brasil.gov.br/balanco/base.htm> - 10.01.05

<http://www.portaltransparencia.gov.br> - 10.01.05

http://www.cidadania.org.br.asp?contendo_id=4496 - 17.12.04

<http://www.contaspublicas.gov.br/tcu> - 22.01.05

http://www.presidencia.gov.br/civil_03/decreto

<http://www.camara.gov.br> - 12.11.04

<http://www.mpdft.gov.br/ouvidoria> - 12.11.04

<http://www.pgr.mpf.gov.br> - 10.01.04

<http://www2.tcu.gov.gov.br/portal/page?> - 22.01.05

<http://www.camara.gov.br/intranet/contas> - 12.11.04

<http://www.senado.gov.br>

JORNAL “O GLOBO”

- Fraudadoras da Bolsa Família são identificadas. O Globo, caderno O País, p. 9, 24.12.04;
- TCU: Ninguém gosta de ser fiscalizado. O Globo, caderno O País, p. 8, 03.01.05;
- A maior fraude da Bolsa Família. O Globo, caderno O País p. 3, 28.01.05;
- Bolsa Família terá todo o cadastro investigado. O Globo, caderno O País, p. 8, 29.01.05;
- Patrus: ‘Não teremos complacência’ Ministro do Desenvolvimento Social pretende criar comitês locais de controle. O Globo, caderno O País, p.8, 29.01.2005.

JORNAL CORREIO BRAZILIENSE

- SAÚDE: Comissão para hantavirose, CB, caderno Cidades, p 25 de 13.08.04;

- AÇÃO SOCIAL – LULA: “Pode ter desvio, sim”, CB caderno Política, p.4, 27.10.04;
- Erros sociais, CB, caderno Política, p.2, 07.11.2004;
- Crítica à despesa social, CB caderno Economia, p. 15, 04.12.04;
- Setor em expansão, CB, caderno Brasil, p.16, 11.12.04;
- Crime Organizado, Saldo das Operações, CB, caderno Política, p.4, 27.12.04;

JORNAL DE BRASÍLIA

- Brasil vira paraíso das empresas sem fins lucrativos, JB, caderno Brasil, p. 22, 11.12.04;
- CONTROLE PÚBLICO: CGU fiscaliza 700 cidades em todo o País, JB caderno Brasil, p.11, 25.12.04;
- Fórum vai acompanhar as contas do Governo Federal, JB, caderno Política, p.15, 16.01.05;
- Governo descobre fraude no Bolsa Família do Piauí, JB caderno Brasil, p 14, 29.01.05

REPORTAGEM EM TELEVISÃO.

Reportagem (texto e em vídeo) sobre o Bolsa Família exibida dia 24.10.2004, no Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão.

ANEXOS

ANEXO A – Reportagem Comissão para hantavirose(Audiência Pública do MPDFT/ PROSUS), Correio Braziliense – 13/08/04;

ANEXO B – Gravação da reportagem sobre a Bolsa- Família exibida no programa Fantástico da Rede Globo de Televisão em 24.10.2004(Texto e vídeo);

ANEXO C – Reportagem AÇÃO SOCIAL, Correio Brasiliense- 27/10/04;

ANEXO D – Reportagem Erros sociais, Correio Brasiliense - 07/11/04;

ANEXO E – Reportagem crítica a despesa social, Correio Braziliense-04/12/04;

ANEXO F – Reportagem Setor em expansão, Correio Braziliense- 11/12/04;

ANEXO G – Reportagem Fraudadoras da Bolsa Família, Jornal O Globo- 24/12/04;

ANEXO H – Reportagem CGU fiscalizou 700 cidades em todo o país, Jornal de Brasília- 25/12/04;

ANEXO I – Parte do projeto O SIGA BRASIL;

ANEXO J – Reportagem TCU ninguém gosta de ser fiscalizado – Jornal O Globo de 03/01/05;

ANEXO K – Reportagem Fórum vai acompanhar as contas do Governo Federal - Jornal de Brasília, 16/01/05;

ANEXO L – Reportagem A maior fraude da Bolsa Família- Jornal O Globo, 28/01/05;

ANEXO M – Reportagem Patrus: ‘Não teremos complacência’ Ministro do Desenvolvimento Social pretende criar comitês locais de controle - Jornal O Globo, 29/01/05.